



PREFEITURA
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

SECRETARIA DE URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

Rua José de Alencar, 123 - 6º andar - Vila Santa Luzia - São José dos Campos - SP - Brasil - CEP: 12.209-904
Tel.: 55 (12) 3947-8128 - e-mail: seurbs@sjc.sp.gov.br

ATA DA REUNIÃO - CONSELHO GESTOR DO PLANO DIRETOR

Data: 04 de abril de 2018 – Horário: 18h30

Local: Auditório do Térreo – Paço Municipal

Membros Representantes presentes:

Nome	Entidade	Membro
Maria de Fátima Gilberti	ATUS-SFXAVIER	Titular
José Lincoln Trigo Delgado de Almeida	GCE	Titular
Guido Santos de Almeida Junior	UNIVAP	Titular
Ronaldo Ferreira	OAB	Suplente
Maria Rita Singulano	CREA	Titular
Walter Brant Zaroni de Paiva	AEA	Titular
Carlos Roberto Wandenkolk da Cunha	CRECI	Titular
Nilson Franco Martins	AABE ESPLANADA	Titular
Arlindo Aparecido Regis de Oliveira Junior	DEFENDEM SÃO JOSÉ	Titular
Daniela do Amaral Moretti	DEFENDEM SÃO JOSÉ	Suplente
Angela Aparecida da Silva	CMP	Titular
Gabriel Alves da Silva Junior	NÚCLEO REG. PD PARTICIPATIVO	Titular
Weber Souza Lima Rios Pereira	ARES ESPLANADA	Titular
Ângela Aparecida L. de Paiva Fernandes	AELO	Titular
Rogério Lemes de Paiva	SECOVI	Suplente
Fabiana Vieira Dias Alves	ACONVAP	Titular
Gianfranco Asdente Baradel	SINDUSCON	Suplente
Marcelo Pereira Manara	Poder Público (SEURBS)	Titular
Paulo Eduardo Oliveira Costa	Poder Público (SEURBS)	Suplente
Oswaldo Vieira de Paula Junior	Poder Público (SEURBS)	Titular
Maria Angélica Braga Avelar Silva	Poder Público (SEURBS)	Suplente
Rodolfo Marcos Venâncio	Poder Público (SEURBS)	Titular
Dolores Moreno Pino	Poder Público (SEURBS)	Suplente
Ronaldo Gonçalves Madureira	Poder Público (SEURBS)	Titular
Andrea Sundfeld	Poder Público (SEURBS)	Suplente
Paulo Roberto Guimarães Junior	Poder Público (SEURBS)	Titular
Daniel Rodrigues Mello	Poder Público (SG)	Titular
Luigi Betoncini	Poder Público (SG)	Suplente
Marcelo Santos Leandro	Poder Público (SGHO)	Titular
Massuo Kimura	Poder Público (SGHO)	Titular
Geraldo da Silva Pinheiro Junior	AGENVALE	Suplente

Lista de Convidados e Ouvintes

Isabela J. Janson	Poder Público (SEURBS)	--
Elaine Nanni	Poder Público (SEURBS)	--
Maria Ligia M. Torquato	Poder Público (SEURBS)	--
Bruna A. Leite	Poder Público (SEURBS)	--
Rodolfo Cesar	Poder Público (SIDE)	--
Luis A. Sabonge	ACONVAP	--
Lincoln Delgado	GCE	--
José Romancini	SAVIVER	--

1 **Abertura: MARCELO MANARA:** O mencionado, com repúdio às expressões que no nosso
2 entendimento saem fora da curva, daquilo que a gente tem estabelecido como tratativas abertas,
3 democráticas mesmo em questionamentos que são acolhidos, são discutidos sempre no mesmo tom da
4 cordialidade e do interesse na defesa do princípio democrático da participação, o movimento Defendem
5 São José novamente utiliza-se de expressões de ataque como simulacro à participação que a equipe
6 agora já personificando em meu nome e em nome do Oswaldo, que estaríamos agindo com simulacros,
7 enfim e pior do que isso, trazendo insinuações como eu vou ler aqui a expressão como está na
8 postagem: como levando a indícios de afinamento com a Associação dos Construtores e mais acima,
9 aponta que como estratégia, lendo textualmente, como estratégia para driblar a participação da
10 população e o acompanhamento do Conselho Gestor, contrataram no escritório o arquiteto Carlos Leite
11 que junto com o IPPLAN e o setor imobiliário, elaboraram em quatro paredes o formato e conteúdos
12 das propostas, então sugerindo aqui explicitamente, um conluio que nós repudiamos veementemente,
13 nós vamos solicitar por ofício que o movimento esclareça quais são as bases de informação, né, que
14 levaram a essa conclusão indevida, inapropriada, e que novamente muda o ponto, muda a curva naquilo
15 que nós estamos a mais de ano tratando de forma cordial, respeitosa, né, então eu não posso admitir em
16 hipótese nenhuma que insinuações são postadas na mídia social remetam a esse tipo de entendimento,
17 que nós tratamos com conluio com esse segmento, com aquele segmento e de forma totalmente
18 contraditória, na outra postagem 15 dias depois, fala que nós estamos atacando o empresariado, né?
19 Mas aí também utilizando dos nomes, né, Manara e Oswaldo pra esse ataque, então nós vamos
20 encaminhar uma solicitação de esclarecimento ao movimento de Defendem São José, por tratar né, não
21 somente de forma desrespeitosa com relação a esse equilíbrio de relações que nós temos aqui no
22 conselho gestor que marca a identidade desse conselho gestor, que é marcado pelo respeito
23 institucional, pelo respeito entre os representantes e instituições aqui presentes; Então nós vamos
24 encaminhar essa solicitação de esclarecimentos com relação à base de informações a que o Movimento
25 entenda que tenhamos trabalhado em conluio e levando a indícios de afinamento com a Associação dos
26 Construtores, bom, nós recebemos também uma solicitação do Ministério Público pelo promotor,
27 doutor Gustavo Médici de informações sobre o andamento e a construção do plano diretor, enfim... hoje
28 eu não tive o retorno ainda porque hoje a tarde nós estávamos na reunião do COMAM, mas eu já
29 solicitei e eu estive com o doutor Gustavo Médici e nós vamos marcar, estamos agendando uma reunião
30 com o Ministério Público pra apresentar para o Ministério Público assim como foi apresentado aqui
31 pelo conselho gestor, e entregar um CD, enfim, né, de fazer essa apresentação em atenção a esse ofício.
32 Recebemos também dos representantes dos movimentos populares da Ângela Silva aqui um ofício
33 solicitando esclarecimentos, aí Ângela, se você permitir, eu queria marcar contigo para a gente ter mais
34 esclarecimentos sobre o que exatamente está sendo solicitado para a gente poder embasar aquilo que a
35 gente vai apresentar como resposta, pode ser? Só para a gente não abrir um debate aí com à parte aqui,
36 nós traremos para o Conselho, tá, tudo bem..?



PREFEITURA
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

SECRETARIA DE URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

Rua José de Alencar, 123 - 6º andar - Vila Santa Luzia - São José dos Campos - SP - Brasil - CEP:12.209-904
Tel.: 55 (12) 3947-8128 - e-mail: seurbs@sjc.sp.gov.br

37 **ÂNGELA SILVA:** Ângela Aparecida da Silva, representante dos Movimentos Sociais. Para mim, eu
38 tenho que deixar claro Manara, que fora do conselho gestor desta sala, nós somos companheiros,
39 porque já atuamos muitas vezes em vários lugares na mesma trincheira, né, então a gente pode se
40 cumprimentar, falar, mas se você quiser falar com a conselheira Ângela, representante do Movimento
41 Sociais é aqui nessa sala, fora daqui eu não tenho nada para conversar, então se quiser a gente esclarece
42 a pauta é extensa hoje, nós temos mais um documento para protocolar e você se embase porque a única
43 coisa que eu estou te dizendo aí é a questão dos princípios da qual foi instituído o plano diretor, né,
44 através da sua lei maior, que é o estatuto da cidade que veio pra referendar a lei 182, 183 da constituição
45 federal aonde fala que a participação tem que ser popular e na visão está queimando etapa, aqui falava
46 que o cronograma era pra apresentar o plano diretor e não é, nós vamos fazer propostas, tem várias
47 etapas até chegar no plano diretor, então é isso que eu estou questionando aí.

48 **MARCELO MANARA:** Não, tudo bem aí, hoje ainda então, depois a gente só tira umas duas dúvidas
49 aqui sem problema nenhum. E também um último aqui que foi encaminhado pela Associação dos
50 Amigos do bairro Esplanada e adjacências, só para informar que essas considerações e contribuições
51 para o plano diretor, eles já integram o acervo daquilo que está em análise e em discussão pra alimentar
52 o processo, tá ok? Nada ainda? Tá. Vai o que, travar? Tá. Bom, enquanto abre, oi...tá ok, pode ser.

53 **ARLINDO RÉGIS:** Bom, Arlindo Régis, representante titular do Movimento Defendem São José.
54 Secretário, com relação a sua colocação que o senhor fez a pouco, referente aos ofícios e também à
55 matéria... **MARCELO MANARA:** Foram postagens no Facebook, não foram os ofícios.

56 **ARLINDO RÉGIS:** Eu gostaria de deixar claro que com relação à matéria e postagens, né, isso daí
57 está consignado e nós vamos realmente verificar tão logo o senhor encaminhe a sua indignação e tudo
58 mais, verificar realmente com relação a esse texto. Então não há problema nenhum, o Movimento
59 Defendem São José é uma organização bem estruturada, se reúne constantemente e poderá colocar as
60 suas explicações. Agora, o que a gente vem percebendo, né, isso daí constantemente, toda reunião o
61 coordenador ou o secretário faz menção ao Defendem São José de uma maneira que eu acredito
62 também que não seja muito apropriada porque leva a gente a entender que está sendo colocado todo o
63 Conselho contra esse movimento. Uma vez que o Movimento, acho que é o que mais tem contribuído
64 para que esse processo de revisão saia da melhor forma possível. Não houve da parte do Movimento
65 nada em paralelo que justifique, né, colocar essa questão pequena, vamos dizer assim, que faça com
66 que o Conselho fique contra. Na última reunião foi colocado erroneamente, que o movimento Defende
67 m tinha solicitado o currículo dos conselheiros, não foi verdade, nós não mandamos nada nesse sentido;
68 e agora com essas notícias que não cabe a mim discuti-las nem defendê-las aqui nesse momento, mas o
69 Movimento está à disposição da Prefeitura, qualquer aspecto para poder dar as explicações.

70 **MARCELO MANARA:** Tá ok Arlindo agradeço o esclarecimento, mas me permita discordar de
71 você. Não raras vezes eu comentei aqui sobre a atuação do Movimento Defendem São José, do qual eu
72 sou um admirador pelo esforço que tem de coletividade, de cidadania, poucas vezes visto, infelizmente,
73 né, pra nós que militamos desde as organizações de base a mais de 30 anos, entendemos a dificuldade
74 que é em exercer a cidadania de forma organizada. Então várias vezes nós ponderamos isso aqui como
75 um fator extremamente positivo e elogioso com relação ao movimento Defendem São José. Tão
76 somente e foram poucas vezes, ainda bem, a questão de expressões utilizadas aqui, essa é somente a
77 segunda vez em um ano e meio e no nosso entendimento isso não é coisa pequena, isso aqui como vai
78 pra mídia social tem um efeito devastador na imagem das pessoas envolvidas, na imagem da equipe,
79 então por isso que é possível interpelar isso porque isso não pode prosperar em base em lações e em
80 teses no nosso entendimento porque certamente são infundadas essas considerações, mas eu já agradeço
81 a sua disposição em nos responder aquilo que nós vamos interpelar e eu não vou abrir debate sobre isso,
82 mas é tão somente para posicionar a indignação frente a esse tipo de manifestação, e repito, discordo
83 totalmente, né, de que você tenha entendido ou interpretado que nos vários momentos que nós citamos
84 aqui o movimento, nós façamos de forma a desmerecer ou desqualificar. Em hipótese alguma, isso aí
85 está registrado em todas as atas, que eu particularmente citei muito mais vezes de forma elogiosa, e tão
86 somente essa é a segunda vez que eu posiciono isso em resposta. É uma posição reativa a uma



PREFEITURA
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

SECRETARIA DE URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

Rua José de Alencar, 123 - 6º andar - Vila Santa Luzia - São José dos Campos - SP - Brasil - CEP:12.209-904
Tel.: 55 (12) 3947-8128 - e-mail: seurbs@sjc.sp.gov.br

87 provocação deliberada que nós não vamos permitir enquanto desqualificar a equipe técnica da
88 prefeitura e muito mais nominalmente aos atores envolvidos na construção desse processo. Então o
89 Movimento Defendem São José, ele tem de nós toda a admiração, mas às vezes está saindo fora da
90 curva e nós temos que apontar o dedo porque essas questões hoje de mídia social tem que tomar muito
91 cuidado com isso e vocês sabem disso, né, bom, vamos pra frente. Nós temos que propor aqui a agenda
92 de reuniões da câmara técnica, poderíamos até tê-lo feito na reunião passada para ganhar uma semana
93 aí, até que já pudéssemos ter iniciado os trabalhos. Pode abrir aí pra mim. A Câmara Técnica que vai
94 atuar novamente na construção da metodologia das oficinas comunitárias, né, nós definimos os
95 participantes na reunião passada, então a proposta de agenda da Câmara Técnica está aí, dia 06 do
96 quatro às 9 horas, dia 10 do quatro às 9 horas, e dia 12 do quatro às 9 horas, isso, três reuniões para todo
97 mundo se programar, porque nós estamos em um calendário bastante acelerado e é preciso que nós
98 tenhamos, o acelerado no sentido que nós temos reuniões recorrentes aí, né, uma previsão de várias
99 reuniões e é importante que a câmara técnica possa subsidiar o plenário do andamento das discussões
100 sobre a metodologia a ser aplicada nas oficinas comunitárias porque foi uma demanda insistentemente
101 colocada pelo pleno, né, que de a metodologia logicamente tem um enfoque especial aí no que nós
102 vamos, como que nós vamos sair para discussão com a sociedade. Já entrando, bom, alguém tem uma
103 questão com relação ao calendário das câmaras técnicas? Nós vamos mandar, Tamires vai enviar por e-
104 mail para os conselheiros que compõem a Câmara Técnica, amanhã mesmo vocês já vão receber a
105 agenda, os horários, tudo certinho, tá ok? Com relação ao calendário propriamente dito, nós recebemos
106 e anunciamos na reunião passada, nós recebemos três ofícios com propostas de alteração, né, pra
107 repactuar o calendário, essa repactuação, como nós prometemos, nós colocamos num só quadro pra que
108 todos tenham a noção do que foi proposto e do que isso reflete no nosso calendário. Por uma
109 inobservância minha, e eu assumo aqui essa responsabilidade, nós teríamos que ter enviado isso dois
110 dias antes, no mínimo, pra vocês. Para que a gente pudesse colocar isso em deliberação, tá? Então nós
111 estamos entregando isso hoje para vocês tomarem conhecimento, fazer a apreciação devida, discutir
112 isso, né, nas instituições, aí na próxima reunião nós apresentamos e discutimos isso pra repactuar e
113 pra deliberar com a plenária, tá ok? Vocês querem algum tipo de explicação, que a gente ofereça uma
114 explicação adicional? Porque eu estou entendendo que esse quadro está muito claro, né, mas se alguém
115 quiser alguma, Arlindo, por favor, ah, tá, Arlindo, o Oswaldo vai explicar algumas coisas, talvez possa
116 até já atender a sua dúvida.

117 **OSWALDO VIEIRA:** Bom, Oswaldo da Prefeitura. O quadro na verdade, tiveram três sugestões
118 como a Manara falou, da Associação - AABE do Esplanada, AEA que é a Associação dos Engenheiros
119 e Arquitetos e o Defendem São José, foram três ofícios protocolados. Então a primeira coluna, a gente
120 tem aqui sintetizado a proposta da Prefeitura com as datas e os eventos, então 28 de março que foi
121 aquela reunião passada que nós apresentamos a proposta, 4 de abril que é hoje que a gente vai
122 esclarecer mais dados sobre a proposta, dia 11 de abril que seria a definição da metodologia, 16 de abril,
123 uma série de atividades que nós trouxemos o nosso fluxograma pra cá. Quando a Associação do Jardim
124 esplanada lá e adjacências apresentou uma proposta deles, eles fizeram na segunda coluna, então eles
125 fizeram algumas sugestões, as sugestões dele são as seguintes: eles deslocam, propõe deslocar de 2 de
126 maio a 9 de maio, que era o nosso período de reuniões públicas, pra 7 de maio a 14 de maio. A partir
127 daí, então, você tem um deslocamento natural das outras atividades pós às reuniões públicas, isso
128 significa que no final dessa proposta deles, originalmente o impacto do nosso calendário previsto
129 inicialmente de protocolo do projeto da câmara de três de agosto, passaria pra dia 15 de agosto na
130 proposta deles, pelo impacto consequente das alterações que eles propuseram, só que a alteração deles
131 na verdade, compromete pra nós um pouquinho o prazo de preparação do relatório pós oficinas
132 públicas, por isso que a gente colocou o impacto na terceira coluna, qual que é o impacto dessa proposta
133 no cronograma da Prefeitura, ou seja, ao deslocar as reuniões de 2 de maio a 9 de maio pra 7 de maio a
134 14 de maio, disponibiliza mais tempo online para proposta, mas reduz o prazo de apresentação do
135 relatório das reuniões públicas de 34 para 30 dias, ou seja, a prefeitura tem menos tempo pra preparar os
136 relatórios, né, eles inserem mais uma reunião em uma fase embaixo e eles diminuem o prazo aí 16 para



PREFEITURA
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

SECRETARIA DE URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

Rua José de Alencar, 123 - 6º andar - Vila Santa Luzia - São José dos Campos - SP - Brasil - CEP: 12.209-904
Tel.: 55 (12) 3947-8128 - e-mail: seurbs@sjc.sp.gov.br

137 14 dias, o prazo pra entre a disponibilização online e o início das audiências, só que aí a gente tem que
138 crescer 01 dia porque a regra fala em 15, então a gente vai ter um atraso aí de 9 dias do cronograma
139 originalmente proposto pela prefeitura. Se nós formos olhar a proposta da associação dos engenheiros e
140 arquitetos aqui, eles apresentam somente uma sugestão, eles propõem 30 dias a partir da entrega da
141 proposta da prefeitura para vocês, para as discussões entre os pares, antes da disponibilização para a
142 população, ou seja, se a gente está propondo 30 dias, o único impacto é 30 dias no final do protocolo,
143 ele deixa de ser pra agosto e passa a ser pra setembro. A terceira proposta que foi apresentada que é do
144 defendem São José, eles propõem antes da disponibilização da proposta online pra sociedade da
145 discussão pública, a realização de cinco reuniões do Conselho com o intervalo de cinco dias úteis em
146 cada reunião dessa; dez dias úteis em cada reunião dessa, bom, a partir daí então nós propusemos, o
147 último prazo seria 11 de junho, então a quinta reunião da ACI em 15 de junho, e aí nós teríamos a partir
148 do dia 12 de junho pra disponibilizar a proposta, então o calendário aí, ele passa a se repetir, as fases
149 redimentais que a Prefeitura tem que propor, só que aí nós vamos pra um final de projeto numa primeira
150 leitura da prefeitura, pra dia 10 de outubro, ou seja, a primeira proposta, ela na verdade impõe uma
151 discussão interna antes de disponibilizar a informação ao público e impacta mais o calendário, então é
152 isso que a gente apresentou pra vocês. A proposta inicial da prefeitura, as três sugestões com relação a
153 mudança e inserção de reuniões, e aí os impactos que causam na proposta original para que vocês
154 possam fazer a devida análise e a gente chegar num consenso aí, o quadro tenta representar isso.

155 **MARCELO MANARA:** O Arlindo por favor. **ARLINDO RÉGIS:** Secretário, engenheiro Oswaldo,
156 a proposta do Defendem, ela se baseia na constatação de que o rito que é definido por legislação e é
157 competência do conselho gestor, não foi seguido. Como assim? As propostas foram elaboradas
158 internamente na prefeitura, sem que antes cumprisse a formalidade de passar pelo conselho a definição
159 da metodologia. Tanto é isso é verdade que na elaboração das oficinas, da leitura comunitária, a técnica,
160 vocês corretamente colocaram em discussão para o Conselho, foi feito reuniões da câmara técnica, e
161 definimos a metodologia, estava perfeito. Nós esperávamos que ao mesmo rito, ao mesmo
162 cumprimento da legislação federal, fosse feito nessa fase que é a fase mais importante de todo processo,
163 que é a fase de análise de diagnóstico e liberação das propostas iniciais, e isso não foi feito quando o
164 Movimento Defendem São José soube pela mídia que havia reuniões internas na Prefeitura, o
165 Movimento solicitou o acompanhamento do processo e foi negado. Depois foi dito na primeira reunião
166 que o Movimento Defendem queria trabalhar junto com a equipe da Prefeitura, coisa que não
167 representa a verdade, o movimento com o assento no Conselho Gestor solicitou o acompanhamento dos
168 trabalhos e isso foi negado, surpresa nossa como na primeira reunião foi apresentado esse cronograma
169 que nós estamos discutindo, com prazos apertadíssimos, questões, tanto é que nós tivemos uma reunião
170 dia 14, tivemos dia 28, estamos tendo essas hoje, né, e aí as próximas que vocês estão propondo no
171 cronograma são a cada semana praticamente, aí o que acontece, no nosso entender precisa no mínimo,
172 30 dias pra se conhecer, e nós concordamos com a posição da associação de engenheiros e arquitetos, é
173 o mínimo que a gente precisa pra entender o que vocês fizeram, já que nós não acompanhamos, não
174 tomamos parte, não acompanhamos o que vocês fizeram, e numa breve análise do que vocês
175 distribuíram como proposta, nós já identificamos uma série de inconsistências numa metodologia
176 totalmente diferente dos anteriores, isso foi colocado pelo engenheiro Oswaldo na apresentação das
177 propostas na última reunião, então isso leva a todos, todos os segmentos da sociedade, a poder se
178 debruçar, solicitar reuniões com seus pares, cada um aqui representa, a associação de engenheiros
179 representa mil, dois mil profissionais, o movimento defendem 300 e tantos, outros, o sindicato mais
180 outros tantos, isso aí precisa tempo hábil pra se debruçar, trocar ideias, debater pra trazer as suas
181 sugestões aqui pra construir um plano realmente a 4 mãos, pra evitar o que, o que o secretário tanto
182 receia da palavra simulacro, nós temos que combater isso. Agora, pra a gente combater isso, a gente
183 precisa conhecer, ter tempo hábil pra conhecer, tempo hábil pra debater e trazer as sugestões. Nós
184 levamos pra fazer a leitura comunitária e técnica mais de um ano. Agora, vocês querem aprovar as
185 propostas, ou discutir essas propostas em 15 dias, 20 dias, impossível, eu acho que isso daí realmente
186 denigre o que está sendo feito até agora, né, e aí não é uma questão de opinião, tá, porque aqui tem



PREFEITURA
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

SECRETARIA DE URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

Rua José de Alencar, 123 - 6º andar - Vila Santa Luzia - São José dos Campos - SP - Brasil - CEP: 12.209-904
Tel.: 55 (12) 3947-8128 - e-mail: seurbs@sjc.sp.gov.br

187 várias opiniões que podem ser convergentes, divergentes, isso faz parte do processo, tá, mas o rito volto
188 a afirmar, vocês erraram, erraram e eu acho importante que a gente está tendo aqui essa discussão pra
189 poder colocar nos eixos, acertar, porque ir para a judicialização do processo é fácil, mas isso quem
190 perde é toda sociedade. O empresariado, e aí eu vou falar no meu nome, não falo em nome do
191 movimento defendem, é o profissional Arlindo que está falando, eu acho que o empresariado está
192 cansado de segurança jurídica, está cansado de esperar por uma nova legislação, né, e isso daí não pode
193 agora no atropelo, ser aprovado, tá? Essa é a posição nossa.

194 **MARCELO MANARA:** Tá...antes de eu passar para o Oswaldo, Arlindo, não vou antecipar aqui
195 porque justamente o propósito da disponibilização do quadro e essa discussão pra deliberação na
196 semana que vem tem esse propósito, né, mas já antecipando, na proposta da prefeitura, na verdade nós
197 temos no dia 26/6, na sexta reunião do Conselho Gestor, apresentação do projeto do plano de retorno,
198 então nós estamos com muito mais do que 60 dias, né, pra todo esse curso de apropriação, discussão e
199 internamente nas entidades, enfim, nós estamos entendendo que tem sim, nós não estamos propondo
200 nenhum fechamento em 15 dias, se esse que foi o entendimento, eu acredito que possa ser revisto esse
201 entendimento, se outros acompanham esse entendimento de que não há na proposta da prefeitura o
202 fechamento em 15 dias de absolutamente nada, né? Oswaldo, você quer completar?

203 **OSWALDO VIEIRA:** Bom, Oswaldo, eu queria na verdade só resgatar um pouquinho, no final do ano
204 passado, na reunião do dia 6 de dezembro em que a prefeitura apresentou a leitura técnica, e o que a
205 gente acabou definindo em consenso aqui foi que a prefeitura a partir daquela data se debruçaria
206 internamente na confrontação da leitura técnica, uma leitura comunitária, e que a prefeitura apresentaria
207 uma proposta e que a partir dessa proposta, sim, trabalharíamos com a cidade, bom, nós fizemos isso,
208 trabalhamos em dezembro, trabalhos janeiro e fevereiro internamente pra produzir uma proposta base
209 para ser discutida, não dá para começar do zero, era preciso uma proposta inicial base. E o que ficou
210 inclusive acordado naquela reunião do dia 6 de dezembro, é que essa proposta seria a metodologia de
211 apresentação desta proposta à sociedade, seria discutida com o Conselho, exatamente o conteúdo dessa
212 Câmara técnica agora. Então é o seguinte, a Prefeitura cumpriu exatamente aquilo que foi deliberado
213 naquela reunião do dia 6 de dezembro. Ela construiu uma proposta preliminar a partir da leitura técnica,
214 uma leitura comunitária e mês de dezembro, mês de janeiro, com grande dedicação dos técnicos,
215 apresentamos a proposta agora, não é uma proposta fechada, pelo contrário, ela está iniciando o
216 caminho dela, um caminho que passa pelo conselho, passa por duas baterias de discussões com a
217 sociedade, através de reuniões públicas e oficinas, numa primeira etapa em maio, depois volta para o
218 conselho com todas recomendações, sugestões que a sociedade deu, nós vamos de novo balizar essa
219 proposta, fazer os ajustes necessários juntos, e aí nós caminhamos de novo pra audiências públicas,
220 vamos colher de novo a apresentação pós pra depois fechar um projeto, então não estamos fechando
221 nada, a questão é a seguinte, é preciso ter um documento base inicial pra se discutir.

222 **MARCELO MANARA:** Gabriel, depois a Fátima. **GABRIEL ALVES:** Gabriel do Núcleo Plano
223 Diretor Participativo, Vale Paraíba Litoral Norte, primeiramente Oswaldo, não é consenso, né, em todas
224 reuniões eu tenho alertado, tenho reiterado as minhas críticas sobre o processo, o erro de processo de
225 não ser participativo. A leitura interna da prefeitura também merece, conforme a legislação, o
226 acompanhamento do conselho gestor, não é uma coisa fechada, vocês vão, vocês se reúnem, fazem a
227 leitura, a interpretação dos dados aqui, sem desmerecer a qualificação técnica, os esforços desdobrados,
228 não é isso, o processo está errado, né? A leitura da equipe técnica é diferente de um processo
229 participativo. A ACONVAP tem uma leitura diferente dos movimentos sociais pela moradia, que tem
230 uma leitura diferente da associação de engenheiros e arquitetos, são interpretações e demandas
231 diferentes que precisam se convergir. O plano diretor não é nada mais, nada menos que um pacto da
232 cidade, e esse pacto, né, ele tem que contemplar todos os segmentos, se há a inibição de uma
233 participação, ele deixa de cumprir o critério básico, então não é consenso, né, estão se reiterando os
234 mesmos erros, né, isso lá na frente pode ser prejudicado com um outro processo que pode vir a ser
235 judicializado, então se nós queremos construir um consenso, ou mesmo um dissenso, né, nós temos que
236 buscar algo que não seja só, olha, nós vamos apresentar porque aparenta que vai, atropelos, vocês



PREFEITURA
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

SECRETARIA DE URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

Rua José de Alencar, 123 - 6º andar - Vila Santa Luzia - São José dos Campos - SP - Brasil - CEP:12.209-904
Tel.: 55 (12) 3947-8128 - e-mail: seurbs@sjc.sp.gov.br

237 ficaram reunidos internamente agora, chega, não, agora tem que acelerar, a cada semana nós temos que
238 discutir esse processo, e não é assim, cada segmento precisa interpretar, inclusive pra discordar, né, não
239 se foi feito um balanço dos planos anteriores, isso não está contemplado nessa proposta, eu acho que
240 isso é fundamental, 10 anos, nós não vamos ter que ficar fazendo plano diretor, depois lei de
241 zoneamento pra ficar revisando ano a ano, nós temos que ter planejamento, nós temos que ter segurança
242 urbanística, uma cidade pra todos, respeitar as restrições. Se nós não formos contemplar isso, nós
243 estamos errando todo processo, nós vamos cair no mesmismo, não vamos dar segurança para os
244 empreendedores, vamos dar segurança para a população, né, então é isso que a gente precisa, a gente
245 precisa definir um processo de consenso e que respeite a participação, não é consenso, tenho reiterado a
246 cada reunião, nós temos que voltar a estes princípios. **MARCELO MANARA:** Fátima e depois Maria
247 Rita. **FÁTIMA GILBERTI:** Fátima São Francisco Xavier. Há dois anos eu venho participando de
248 reuniões sobre o plano diretor, desde a Conferência das Cidades e cada vez mais eu percebo que a nossa
249 região São Francisco Xavier merece pela sua magnitude, como diz minha amiga, um capítulo a parte,
250 sobre essas propostas eu li e eu concordo com os outros amigos que ela não foi feita como deveria ter
251 sido ou pelo menos ainda é muito cedo pra se jogar isso para a comunidade. E eu digo sobre a
252 comunidade que eu conheço, levar essas diretrizes, todas essas propostas, ninguém vai entender nada,
253 vai ser tempo perdido. Junto a tudo isso, nós tivemos reuniões de leis de diretrizes orçamentárias e etc e
254 é isso que interessa a comunidade, saber o que vai ser feito com objetividade, e São Francisco merece
255 esse particular, então, na minha opinião, e eu tentei colocar isso a semana passada, acho que antes de
256 colocar essas propostas, deveria se conversar com as lideranças locais, dos bairros ou lá do distrito,
257 vocês conhecem os trabalhos que estamos fazendo um grupo até apresentando aqui propostas para o
258 plano diretor, eu acho que isso, esse contato com lideranças seria muito importante, que auxiliaria vocês
259 mais diretamente pra analisar os diagnósticos, então eu sinto muito que isso não tenha sido feito, porque
260 há dois anos, eu venho me preparando pra esse momento, e a comunidade atuante de lá se prepara pra
261 isso. Eu nunca li tanto quanto política, quanto plano diretor e sobre cidades e sobre sustentabilidade
262 como eu li, não é minha área, minha área é cultura, é arte, então eu sinto muito de não ter, de vocês não
263 conhecerem assim in loco e com as pessoas diretamente líderes da comunidade que pudessem
264 acrescentar a vocês a real, o real, o que é, a realidade, então as diretrizes são muitas, são lindas, fizeram
265 colocações interessantes pro nosso distrito mas elas não estão no lugar em que elas deveriam estar, elas
266 se perdem em meio aos 30 bairros, sei lá tantos, que São José tem. São Francisco Xavier não é um
267 bairro, ele é um distrito, um distrito que tem muitos bairros dentro dele, e é isso, é essa a realidade, é
268 esse peso de distrito que ele merece ter e principalmente pela sua...
269 **MARCELO MANARA:** Fátima, por favor, se puder concluir...**FÁTIMA:** Principalmente pela sua
270 posição estratégica de produtor de água, então se nós déssemos um passo atrás e déssemos essa
271 oportunidade as lideranças locais, de sentar, conversar, vocês irem lá, nós virmos aqui, eu acho que a
272 gente chegaria num consenso harmonioso que a comunidade iria agradecer.
273 **MARCELO MANARA:** Maria Rita, depois nós podemos então fechar porque não vai se deliberado o
274 novo calendário, vai ser pra semana que vem. E aí a gente já entra no assunto da discussão técnica
275 porque esse sim vai ter um esforço de debate maior. Maria Rita, por favor. Então nós vamos fechar
276 com a manifestação do Arlindo, a Ângela também. **MARIA RITA:** Boa noite, Maria Rita, CREA,
277 representando o CREA, eu vou puxar uma fala outro dia do conselheiro Miguel que representa o INPE,
278 né? Acho que as pessoas às vezes confundem um pouco as coisas; ele foi bastante claro, outro dia no
279 meu entendimento, é obrigação da Prefeitura apresentar uma proposta pra ser discutida, né, seria muito
280 errado, porque essa é a visão do poder público que foi eleito democraticamente pra isso seja ele qual
281 for, do mesmo jeito que era o governo passado é essa a função dele, esse governo é a função,
282 independente de quem seja, e cabe à sociedade toda representada aqui brigar pelos seus interesses
283 dentro desse documento, né? Nós passamos o fim, praticamente o feriado inteiro discutindo, a próxima
284 pauta aqui é discutir, nós discordamos de um monte de coisa que está colocado no plano diretor, né, da
285 proposta de plano diretor, nós discordamos de um monte de coisa, vamos brigar pra que essas coisas
286 mudem, vamos brigar muito, achamos que a questão do tempo, nós vamos discutir, não fechamos isso



PREFEITURA
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

SECRETARIA DE URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

Rua José de Alencar, 123 - 6º andar - Vila Santa Luzia - São José dos Campos - SP - Brasil - CEP:12.209-904
Tel.: 55 (12) 3947-8128 - e-mail: seurbs@sjc.sp.gov.br

287 ainda, nós vamos discutir na semana que vem se é melhor mais um mês, mais três meses, mais uma
288 semana ou mais nada, nós ainda vamos discutir, mas assim, é obrigação da Prefeitura apresentar. A
289 partir daí sim, se a Prefeitura já tivesse entregando um documento de plano diretor ela estaria errado,
290 mas ela está colocando uma proposta que nós não concordamos com um monte de coisa nela e do
291 mesmo jeito que tenho certeza que outros segmentos não concordam, muitas vezes esses segmentos,
292 nós vamos divergir alguns segmentos, divergir de outros segmentos, mas não brigar, e no fim fazer
293 uma proposta que seja um pedaço de tudo, que todo mundo quer pra que se faça um plano diretor
294 descente, é essa a minha posição. **MARCELO MANARA:** Arlindo e encerra com a manifestação da
295 Ângela, tá? **ARLINDO RÉGIS:** Secretário, Arlindo do Movimento Defendem São José só a título de
296 esclarecimento, né, a questão do prazo que nós estamos questionando, é que no entendimento de vocês,
297 da prefeitura, vocês colocam como discussão a partir do momento em que a gente começa a discutir
298 isso do conselho gestor e vai até as audiências públicas, até as reuniões públicas, e o que ocorre, e é uma
299 crítica do movimento, talvez convergendo com outras entidades também, é que o formato dessas
300 reuniões, o formato das audiências, elas não permitem uma discussão, né, que seja uma discussão de
301 um assunto até mais simples, pelo formato dessas reuniões, tá, imagine um assunto que é técnico e é
302 especializado e que as vezes muitos profissionais de uma mesma área de engenharia, arquitetura,
303 urbanismo, ambiental que seja, também muitos às vezes não tem a especialização que o assunto
304 merece, então veja bem, a nossa crítica é, estender um pouquinho mais a discussão aqui no conselho,
305 nas câmaras técnicas e dar oportunidade pra cada representante como dito a pouco pela colega Maria
306 Rita, discutir internamente com seus especialistas, com seus colaboradores, pra poder sair daqui e ir a
307 público, um material bem estudado, principalmente com uma apresentação de fácil entendimento, né,
308 porque existe muitas novidades e isso foi confirmado pela exposição do engenheiro Oswaldo na última
309 reunião, que houve uma mudança completa da metodologia que foi o plano diretor anterior, então tudo
310 isso é muito novo, e colocar isso a público para discutir, eu acho que é imprudência, porque não vai, o
311 público não vai conseguir discutir com a profundidade que as entidades aqui representadas terão pra
312 fazer isso, por isso o nosso foco não é no tempo de exposição pública, de reunião ou de audiência, mas
313 sim a discussão dos vários segmentos aqui representantes aqui no Conselho.

314 **MARCELO MANARA:** Ângela por favor.. **ÂNGELA PAIVA:** Boa noite a todos, Ângela Paiva da
315 AELO. Eu entendo o seguinte diante do que todos falaram, né, eu acho que, eu concordo que a
316 Prefeitura tem que ter um texto base como foi apresentado, até aqui pra essa reunião, achamos que
317 vamos discutir algumas coisas porque pelo o que eu estudei esses dias, a respeito da discussão técnica,
318 né, eu até levantei uma questão que é a que está na página 61 do caderno. **MARCELO MANARA**
319 Ângela, você não quer esperar a gente entrar no... só pra encerrar esse assunto, nós estamos no
320 cronograma ainda.. **ÂNGELA PAIVA:** Ah não, achei que estava encerrando tudo já... **MARCELO**
321 **MANARA:** Não, não...não, eu não consegui encerrar ainda a discussão do calendário. **ÂNGELA**
322 **PAIVA:** Ah, eu estava na discussão já, enfim. **MARCELO MANARA:** Inépcia da coordenação da
323 mesa aqui. **ÂNGELA PAIVA:** Ah tá, deixa só eu concluir então esse daí. Pra mim, acho que aqui a
324 gente já tem o texto base pra a gente começar a discutir, e é isso que eu quero entrar, em algumas
325 discussões a gente falou algumas coisas até da área da educação, que eu acho que a gente precisa
326 melhorar, que é então o próximo tópico aí. Em relação com cronograma, eu acho que a gente pode
327 analisar pra semana que vem, verificar qual é a melhor proposta e não vejo problema da gente discutir,
328 acho que tem tempo pra a gente discutir isso do jeito que está sendo proposto.

329 **MARCELO MANARA:** Obrigado. A Ângela tem uma questão de ordem.

330 **ÂNGELA SILVA:** Eu fui ler a ata, né, porque a gente tem que falar do que a gente sabe, não pode falar.
331 Na ata o Oswaldo fala... **MARCELO MANARA:** Em qual ata, desculpa... **ÂNGELA SILVA:** Na ata
332 do dia 6 de dezembro ele fala que o plano, que vai debruçar sob o material mas não vai estar, não vai
333 fechar as propostas, que todas as pessoas poderiam discutir e depois voltar pra discutir de novo, não
334 falou que ia trazer um cronograma com tudo pronto sem a gente poder fazer as nossas colocações
335 também. Foi o que eu entendi aqui na ata. **MARCELO MANARA:** Tudo bem, só me permita uma
336 observação, isso não é uma questão de ordem, isso é uma questão ainda do contexto de discussão, não,



PREFEITURA
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

SECRETARIA DE URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

Rua José de Alencar, 123 - 6º andar - Vila Santa Luzia - São José dos Campos - SP - Brasil - CEP: 12.209-904
Tel.: 55 (12) 3947-8128 - e-mail: seurbs@sjc.sp.gov.br

337 não, não, tudo bem, como eu falei que encerraria com a Ângela, então encerra com a Ângela da Silva,
338 tá.. é porque não é uma questão de ordem, é só pra posicionar no devido trilho. **ÂNGELA SILVA:** Na
339 ordem porque ele falou que tinha colocado e não foi o que saiu aqui, tanto, por isso que a gente voltou
340 pra casa, esperando, aguardando que a gente poderia também fazer as propostas, porque não foi o que
341 aconteceu. Por isso que eu acho que já está caminhando errado né...**MARCELO MANARA:** Mas
342 vocês podem fazer as propostas. **ÂNGELA SILVA:** Não, não é isso que eu quero, não é isso que a lei
343 determina gente, tem uma lei, a Prefeitura ela segue lei, não é igual eu aqui, senso comum que vou lá,
344 deturpo a lei e tudo bem, a Prefeitura tem que seguir a lei, e na lei fala que tem que ter etapas e queimou
345 essa etapa e não era isso que estava dizendo aqui, a gente se sentiu até meio enganado.
346 **MARCELO MANARA:** Questão interpretativa, mas nós retornaremos nesse assunto na semana que
347 vem. Então iniciando o último assunto de, entrando no assunto de discussão técnica referente a proposta
348 do plano diretor, vários já manifestaram interesse aí em já apresentar alguns pontos, lembrando, né, que
349 não deliberaremos sobre, agora é uma questão da primeira rodada, dessas discussões, contribuições,
350 críticas, né, pra alimentar um processo que se iniciou, teve início a semana passada, então é uma
351 jornada, né, insistindo no entendimento que a proposta base da prefeitura não é uma proposta fechada,
352 refratária, não é uma proposta que tem essa pretensão de consolidar-se como a proposta do plano
353 diretor, justamente porque estamos ansiosos por conhecer quais são as leituras de cada segmento, as
354 propostas, as várias críticas como a Marieta colocou porque é um processo em construção, então
355 abrindo o último assunto em pauta mas ainda com um pezinho no assunto anterior. As coisas, elas tem
356 que ser concomitantes na construção e a sociedade como muitos falaram aqui que falta participação
357 popular, nós estamos insistindo pra que nós façamos todo esse esforço pra chegar à discussão popular o
358 quanto antes, porque quanto mais a frente chegarmos na discussão popular, a crítica vai ser exatamente
359 essa. Mas vocês estão vindo, com peça pronta aqui, então é muito mais democrático do que uma linha
360 sequencial, é uma linha concomitante, em que o conselho gestor faça todas as considerações, não vai se
361 esgotar hoje, o propósito não é esse, mas que nós já possamos através de uma metodologia discutida em
362 câmara técnica que já tem as datas aí, nós possamos iniciar os esforços de levar à população de uma
363 forma como Arlindo alertou e de forma bem consciente, levar de uma forma em que a população possa
364 se apropriar desses conhecimentos, dessas propostas, do seu entendimento, ser ouvida, né, e
365 convergindo sempre nos pontos, né, nos polos de convergência que são os polos focais dos conselheiros
366 do plano gestor. Então é uma grande coleta, e pra coletar, pra fazer uma boa colheita, nós temos que
367 atuar de forma concomitante e não meramente sequencial. Então só tirando o pezinho já da questão do
368 cronograma pra deliberação na semana que vem, está aberta a palavra, né, pra plenária pra essas
369 primeiras considerações, sobre o material entregue a proposta base, a proposta preliminar entregue a
370 semana passada pelo esforço, grande esforço de toda a equipe da prefeitura, de todas as secretarias
371 envolvidas. Tem a Ângela já aqui, começamos pela Ângela, Fabiana, Arlindo, vamos fechar de 3 em 3?
372 Vamos lá. **ÂNGELA PAIVA:** Ângela Paiva da AELO, eu li o material, nós lemos o material, existem
373 alguns pontos que a gente ainda precisa discutir melhor e chegar num consenso, mas em relação à
374 educação, eu queria levantar um ponto aqui manara, que é no artigo 13, referente à educação e diretrizes
375 setoriais, educação, o item 1, educação infantil, a letra a, o caderno é o último ali. **MARCELO**
376 **MANARA:** Pode seguir...**ÂNGELA PAIVA:** Pode seguir? Eu vou ler então, vocês estão com o
377 caderno aí vocês podem acompanhar. O item a diz assim, atender 100% da demanda ativa por creches
378 para as crianças de 0 a 3 anos e garantir a oferta de vagas para todas as crianças de 4 a 5 anos residentes
379 no município. O que eu gostaria de propor é que ficasse explícito aqui no texto, atender 100% da
380 demanda ativa por creches por período integral, porque hoje, acho que o maior problema, e eu
381 acompanho algumas coisas nesse sentido, é que a creche é meio período, como é que a mãe vai
382 trabalhar se é meio período? E o outro período fica com quem a criança? Então ela tem que ser período
383 integral. Até levantaram uma proposta assim, a mãe, as mães que trabalham, mas a mãe hoje não está
384 trabalhando, mas amanhã ela arranja um emprego, então como que ela vai conseguir aquela vaga, até
385 ela conseguir a vaga ela vai perder o emprego, então a proposta é colocar período integral, pra que a
386 gente consiga atingir essa meta, de 100% das vagas da creche por período integral, mesmo porque nós



PREFEITURA
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

SECRETARIA DE URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

Rua José de Alencar, 123 - 6º andar - Vila Santa Luzia - São José dos Campos - SP - Brasil - CEP:12.209-904
Tel.: 55 (12) 3947-8128 - e-mail: seurbs@sjc.sp.gov.br

387 não estamos atingindo nossa meta da educação, o ano passado atingimos 25% da receita, então eu acho
388 que dá pra a gente trabalhar e alcançar sim essa meta, período integral nas creches, essa é a nossa
389 proposta, a nossa colaboração. **OSWALDO VIEIRA:** Eu queria só, Oswaldo de novo, só pra a gente...
390 **ÂNGELA PAIVA:** Por enquanto, tá? **MARCELO MANARA:** Ótimo, obrigado. **OSWALDO**
391 **VIEIRA:** Vou fazer um comentário aqui. Na verdade assim, a parte do ordenamento territorial, ela foi
392 feita e elaborada a proposta pela SEURBS, né, com participação da parte da habitação, de
393 regularização, agora as diretrizes setoriais, a gente está cumprindo uma demanda que a própria lei
394 orgânica impõe, o formato do plano diretor integrado, só que assim, nós não podemos aqui responder
395 pela educação, pela saúde, então nós temos que levar, levar pra essas secretarias, porque a gente não
396 tem autonomia aqui com o SEURBS para deliberar sobre ou responder por isso ou por aquilo da saúde,
397 educação, esporte, cultura. Então a gente aqui tem a nossa parte do ordenamento territorial que compete
398 a nós esclarecer, conversar, mas por isso que tudo que tem que ser colocado também com relação aos
399 secretários, o ideal é que se protocole mesmo porque a gente vai ter que levar secretarias para que elas
400 possam nos dar subsídios pra responder a todos, e talvez o seguinte, se a gente for dividir até pra
401 conversar por setores, chamar então aqui a equipe de educação, ou equipe da saúde ou outra coisa e
402 conversar os temas próprios. Hoje a gente não teria condição de responder por essas secretarias.
403 **MARCELO MANARA:** Não, só complementar, ótima a sugestão do Oswaldo. Porque também a
404 gente pode estabelecer duas dinâmicas aí, pra ter uma discussão mais produtiva de questões colocadas,
405 retorno e tal. Então vamos pensar nisso, a gente tem uma reunião semana que vem, a gente volta nessa
406 pauta para tentar posicionar uma organização mais produtiva e efetiva dessa relação de contribuições
407 que vocês vão encaminhar, né, a gente, acho que tem quatro mãos aí, a gente pensa melhor, né, várias
408 cabeças pensam melhor, semana que vem a gente decide melhor uma forma de potencializar as
409 contribuições, coletas, talvez também chamando alguns atores setoriais aí pra participação de rodadas
410 específicas. Agora é a Fabiana. Depois vai falar o Arlindo, e aí a gente, bom, é que nós estamos fazendo
411 bloco de 3 em 3, né, mas também já vai se inscrevendo os demais aí. É o Gabriel depois.
412 **FABIANA ALVES:** Fabiana, representante da ACONVAP, nós demos uma primeira estudada na
413 proposta apresentada, especialmente nos capítulos 11 e 12 que nos dizem mais a respeito da questão das
414 políticas urbanas e os instrumentos de política urbana, o que nos chamou muita atenção e nos preocupa
415 muito, é a definição e índices para outorga onerosa dentro do plano diretor porque nós podemos
416 perceber pelos estudos que são índices aleatórios, eles não estão vinculados a bairros, não estão
417 vinculados a ruas, eles estão vinculados apenas a manchas, a grandes setores, então a gente pode
418 analisar que dentro do satélite hoje é uma realidade que tem 3 ou 4 zonas diferentes dentro de um
419 mesmo bairro e aí é citado como se fosse uma coisa só, a Vila Adyana da mesma forma, aí cita áreas
420 mistas mas não fala onde é que é essas áreas mistas, então o próprio capítulo 12 do plano, da proposta,
421 no inciso terceiro, ele fala que vai estabelecer por lei as contrapartidas necessárias para mitigar e
422 compensar os impactos nos grandes empreendimentos. O estatuto da cidade, ele fala no artigo 30 que
423 uma lei municipal específica estabelecerá as condições a serem observadas pela outorga onde vai
424 determinar a fórmula, os casos passíveis de isenção e a contrapartida do beneficiário. O mesmo estatuto
425 da cidade, ele fala que a outorga poderá ser prevista dentro do plano diretor, porém ela poderá ser
426 regulada por lei específica separada, então nosso grande questionamento é o seguinte, a gente sabe que
427 vai ter ainda o zoneamento que vai definir de fato quais zonas vão poder ser adensadas e quais zonas
428 não vão poder se adensadas. Receber hoje uma proposta de outorga que tem manchas muito grandes
429 com índices que ainda podem ser ajustados depois, com contrapartidas que ainda podem ser definidas,
430 o período de transição dos três anos que foi proposto dentro da lei, ainda vai ser ajustado por uma lei
431 posterior, a fórmula está aqui na tabela, abaixo, dentro da proposta, mas os fatores de planejamento e os
432 fatores de sustentabilidade também vão ser definidos, ou seja, setor que vai ter outorga já estabeleceu
433 um plano, mas digamos que foi 10% estabelecido agora e os outros 90% ainda vão ficar pra depois, a
434 gente está criando uma insegurança muito grande no mercado imobiliário porque nada foi definido, a
435 gente sabe que vai ter uma conta a pagar mas, não sabe quem vai pagar a conta, em que bairro da cidade
436 a conta vai ser paga, qual o valor que vai ser pago. Um dos critérios básicos da outorga onerosa é no



PREFEITURA
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

SECRETARIA DE URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

Rua José de Alencar, 123 - 6º andar - Vila Santa Luzia - São José dos Campos - SP - Brasil - CEP: 12.209-904
Tel.: 55 (12) 3947-8128 - e-mail: seurbs@sjc.sp.gov.br

437 planejamento social e é justamente na questão de se fomentar o acesso das pessoas à infraestrutura já
438 instalada, o que que acontece hoje na área mais desenvolvida da cidade? Os terrenos são caros, a gente
439 não tem espaços disponíveis, se a gente pegar hoje o satélite velho. Vila Adyanna, região central da
440 cidade, é uma área que não tem terrenos, é preciso se demolir construções velhas pra fazer construções
441 novas. É um preço alto, pra que se a gente fomente, se é a intenção da Prefeitura fomentar o que a
442 Prefeitura chama de AMT, que é habitação de mercado popular, que atende a classe de 2 a 5 salários
443 mínimos, se a intenção da prefeitura é fazer com que se construa mais esse tipo de empreendimento,
444 dentro do que ela chama de macro zona de consolidação, a outorga onerosa, ela vai partir do princípio
445 contrário, porque a partir do momento que se coloca mais uma taxa a ser paga na área que é a mais cara
446 da cidade, vai fazer com que essa população acabe tendo que ir comprar um empreendimento justo na
447 macrozona de estruturação que a Prefeitura colocou, que é onde o terreno é mais barato, que é onde vai
448 conseguir se construir um empreendimento, dentro da faixa que é financiado pela caixa econômica
449 federal, então a outorga, ela pode ser usada de várias formas, ela pode ser usada para fomentar o
450 adensamento, ela pode ser usada pra controlar o adensamento, e ela pode ser usada junto com a
451 operação urbana consorciada, usar o mesmo padrão de outorga indiscriminadamente pra cidade inteira,
452 é você dar o mesmo remédio pra vários tipos de doença diferente, então a gente pede que a outorga seja
453 citada, ela vai ser citada como instrumento, como instrumento previsto passível de ser aplicado na
454 cidade, mas que as definições de índices e de fórmula e todos os outros estudos sejam feitos numa lei
455 separada, onde a gente tenha condição de mensurar o impacto disso em cada região, onde a gente tenha
456 condição de mensurar o custo que isso vai gerar pra cidade, se a resposta vai ser positiva ou não. Nós
457 fizemos um relatório que foi protocolado hoje em conjunto com o SINDUSCON, em que a gente faz as
458 várias análises, porque a gente andou estudando também a outorga aplicada em outros municípios em
459 que elas surtiram o efeito contrário ao o que municipalidade desejava justamente por ter sido feita sem
460 levar em contrapartida, ou sem levar em consideração os outros custos da cidade, então se a gente tem
461 que contribuir, se está escrito aqui que vai continuar tendo as contrapartidas viárias, o PGP e uma série
462 de outros índices que encarecem o custo da construção, isso tudo tem que ser levado em conta quando
463 se faz uma instituição, um uso de um instrumento tão importante pra cidade. E levar isso hoje pra uma
464 discussão só pela metade, porque a gente não tem nem hoje como calcular quanto custa essa outorga.
465 Porque todos os outros índices, quer dizer, a única coisa que a gente sabe é que alguma coisa vai ser
466 multiplicado pelo valor venal do terreno, o valor venal do terreno a gente tem planta genérica, e esses
467 outros índices, qual que é o índice de desconto, qual que é o índice de fator de planejamento?

468 **MARCELO MANARA:** Fabiana só vou sugerir o seguinte, você se inscreve novamente e depois
469 coloca outras, pode ser? **FABIANA:** Não, já acabei, é tudo do assunto outorga. Então a nossa questão
470 básica é dentro do assunto outorga, todas questões relacionadas ao mesmo assunto e que a gente solicita
471 que isso seja discutido fora do plano diretor. **MARCELO MANARA:** Tá ok, deixando então. Ah, é
472 que tem, pera aí, o terceiro era o Arlindo, né, da rodada, né, só porque são muitas informações, senão a
473 gente perde. Tá, mas vamos fechar no Arlindo e fecha de 3 em 3 senão a gente não tem esse bloco então
474 **ARLINDO RÉGIS:** Arlindo, Movimento Defendem, primeira questão, a câmara técnica, ela só vai
475 discutir a metodologia da apresentação da proposta discutida aqui no conselho gestor ou ela vai discutir
476 também questões técnicas da proposta? Segunda questão, nós, só pra deixar claro, o movimento
477 Defendem concorda plenamente que o trabalho de elaboração, construção do plano diretor, das
478 propostas é da Prefeitura, não é de nenhum segmento, muito menos do Movimento Defendem. Eu
479 gostaria também que vocês me explicassem qual foi a metodologia que vocês adotaram pra gerar essa
480 proposta. Outra informação também que eu gostaria que vocês colocassem a público, qual é a
481 participação do IPPLAN, da URBAM e do escritório São Paulo do Carlos Leite que nessa construção,
482 nessa proposta que foi apresentada. E por último, qual foi a fonte, onde foi baseado a criação das atas
483 municipais, pronto, quer começar?

484 **OSWALDO VIEIRA:** Bom, vamos lá, em função do diagnóstico que nós percebemos, eu já tinha
485 falado na semana passada, nós tínhamos três cidades distintas na área urbana, nós tínhamos uma área
486 mais infraestruturada, com alguns vazios a consolidar, nós tínhamos uma área mais fracionada, mais



PREFEITURA
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

SECRETARIA DE URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

Rua José de Alencar, 123 - 6º andar - Vila Santa Luzia - São José dos Campos - SP - Brasil - CEP:12.209-904
Tel.: 55 (12) 3947-8128 - e-mail: seurbs@sjc.sp.gov.br

487 espalhada, com uma série de áreas regulares e irregulares e vazios maiores e nós temos uma área
488 periférica em que a gente começa a ter um adensamento populacional carente de serviços e
489 acessibilidade, então a gente criou um macrozoneamento falando de uma macro zona de consolidação,
490 de estruturação e ocupação controlado. Aí nós fomos estudar todos os empreendimentos que nós
491 aprovamos desde 2006, 2008 pra cá, e nós contatamos o seguinte, como que eles tem sido aprovados?
492 Nós estamos falando aqui no caso dos coeficientes. A gente apresentou na proposta do plano que a
493 gente tem que prever uma série de centralidades pra fortalecer bairros, sub centros, as áreas mistas que
494 são aquelas que nós não conhecemos na cidade, por exemplo, a gente propõe uma centralidade no
495 Satélite, mas o entorno do Satélite será uma zona mista, e nós propomos preservar as áreas residenciais,
496 então tem uma lógica dizendo o seguinte, na macro zona de consolidação eu tenho uma centralidade
497 metropolitana que é o eixo duto e o centro, eu tenho uma centralidade municipais que são vários bairros
498 que vão ter sub centros e depois ao longo desses bairros eu tenho as áreas mistas que contornam os sub
499 centros, as áreas industriais e as centralidades, e na questão da estruturação, nós repetimos essa situação.
500 Nós, pra poder fixar o coeficiente proposto, 1,3, básico, nós estudamos vários empreendimentos, e nós
501 chegamos, nós temos todos levantamentos aqui, até pra ser consultado, nós chegamos a seguinte
502 constatação, que na zona mais infraestruturada da cidade, a indústria, o comércio e o serviço, os grandes
503 atacadistas, eles não trabalham com altos coeficientes, eles trabalham com coeficientes menores, eles
504 trabalham com mais área. A questão só do residencial vertical quanto o comercial vertical é que
505 precisam de mais coeficientes, isso na área infraestruturada. Na área de estrutura macrozona de
506 estruturação, em que você trabalha com os conjuntos habitacionais, a exemplo, não gosto de falar nome,
507 mas exemplo do que a MRV pratica, ela não trabalha com coeficiente alto, ela trabalha com coeficiente
508 baixo porque ela trabalha com maiores áreas, então nós fomos fazendo uma série de estudos pra
509 entender a lógica dos empreendimentos na sua distribuição da cidade, dentro do critério de cada
510 macrozona, pra chegar num consenso de coeficiente, e aí nós entendemos o seguinte, estou explicando
511 o coeficiente básico, primeiro coeficiente básico, se eu tenho um terreno que a taxa de ocupação é 0.65,
512 o que que nós entendemos, 0.65% da área terreno pode ser ocupada, a gente dobrou e está dizendo o
513 seguinte, toda a residência sobradada, todo edificio comércio sobradado, não, o coeficiente 1.3 é
514 suficiente pra eles. Então nós entendemos que a maior parte da cidade consegue trabalhar com o
515 coeficiente 0,3, então a gente está partindo para o seguinte. Aí nós propusemos em relação a cada
516 centralidade ou cada zona mista em função do objetivo que ela tem, está descrito na proposta, os
517 coeficientes de outorga, imagina o seguinte, esse coeficiente adicional pra realmente permitir que a
518 cidade chegue no ordenamento proposto, porque, eu tenho um coeficiente único, ou seja, a cidade eu
519 vou tratar, a proposta é tratar tudo igual, com o mesmo coeficiente, a gente sabe que as áreas tem
520 valores diferentes, mas as áreas também tem valores diferentes porque ao longo dos anos a prefeitura
521 sempre atribuiu coeficientes altos pras áreas, eu estou, deixa eu terminar o raciocínio, eu estou tentando
522 explicar a lógica aqui, depois a gente vai conversar mais a fundo. Então é o seguinte, a gente partiu do
523 princípio seguinte, de estabelecer um coeficiente básico, aquilo que é mais praticado na cidade que a
524 gente consegue, e a partir daí nas áreas que a gente pode realmente efetivar uma política de
525 ordenamento, de maior adensamento ou menor adensamento, estabelecer os coeficientes mais coerentes
526 com ele dentro do coeficiente adicional, porque a gente trazer a política do coeficiente para o plano
527 diretor, a gente está entendendo o seguinte, o plano diretor, ele é o instrumento da política urbana, o
528 zoneamento é um complemento do instrumento da política urbana, então a gente tem que fixar algumas
529 diretrizes no marco pra cidade e o coeficiente passa a ser relevante na hora que ele determina uma
530 política pra cidade, então a gente construiu uma lógica que vai ser conversada por todos, essa lógica
531 está apresentada, os técnicos estão aqui, todos os técnicos estão aqui pra esclarecer com maiores
532 detalhes, cada um tem a sua expertise, aqui pra a gente estar explicando o porquê da fórmula, o porquê
533 desses critérios de redução, a gente discutiu muito a questão da cota ambiental do fator social, dentro a
534 questão da HIS, ela não pagará outorga adicional porque a gente entende que assim, a política do
535 fomento habitação, ela tem direito a coeficiente, a proposta está indo por aí, a HNT que não é uma faixa
536 1 ou 1,5, ela terá reduções porque a gente entende que a gente tem que fomentar isso também na cidade,



PREFEITURA
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

SECRETARIA DE URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

Rua José de Alencar, 123 - 6º andar - Vila Santa Luzia - São José dos Campos - SP - Brasil - CEP: 12.209-904
Tel.: 55 (12) 3947-8128 - e-mail: seurbs@sjc.sp.gov.br

537 principalmente nas áreas mais infraestruturadas, então a gente construiu uma proposta, uma certa lógica
538 aqui dentro daquilo que a gente estamos propondo, né, só pra explicar, nada é aleatório, ninguém
539 inventou, a gente estudou todos os empreendimentos, pesquisamos fórmulas, hoje a modernidade a
540 questão da cota ambiental, como você tentar fomentar que os novos edifícios da cidade também mudem
541 a cultura, nós tivemos legislações extremamente permissivas, se a gente pegar a figura a 165 que ficou
542 de 97 a 2010, que você tinha extrema permissividade de coeficiente, não se construiu edifícios numa
543 cultura mais moderna, mais contemporânea, então a ideia, a intenção da outorga também é fomentar
544 novas culturas e novas tecnologias, estou dizendo o seguinte, você tem um coeficiente adicional que
545 você pode pagar, se você fizer alguma coisa que contribua dentro de um caráter ambiental, um caráter
546 social, você tem reduções, existe uma lógica proposta aqui, então assim, nada é aleatório, pode até achar
547 o seguinte, a prefeitura está errando o princípio, mas assim, dizer que há uma aleatoriedade no que a
548 gente optou, escolheu, isso não é, nós estudamos, os técnicos estão todos aqui pra responder perguntas,
549 eu vou até pedir para que abra palavra pra eles que estão aqui, né, Carol, Isabela, Maria Alice, Elaine,
550 Tatiana, são as arquitetas da secretaria pra a gente também poder explicar, tá bom?

551 **MARCELO MANARA:** Algumas outras informações do quanto colocado, bom, pela Ângela, nós
552 enviaremos esta questão à Educação, né, nessas contribuições, e todas as demandas colocadas que tem a
553 ver com as diretrizes e propostas de outras pastas serão encaminhadas para as respectivas secretarias aí
554 também contribuirão nos posicionamentos. Com relação ao Arlindo, a Câmara técnica é
555 exclusivamente pra discussão da metodologia, né, das reuniões públicas, a mesma Câmara técnica não
556 terá uma dupla tarefa para também discutir a questão de conteúdo, a questão de conteúdo nós estamos
557 discutindo aqui, se também a plenária quiser propor a construção de câmaras técnicas, a gente estava
558 conversando isso a pouco, né, de algumas questões inclusive setoriais, a gente poderia também utilizar
559 desse dispositivo, que pode ser proposto. E com relação à contribuição efetiva do IPPLAN e URBAM
560 e do escritório do Carlos Leite, o escritório do Carlos Leite, como nós posicionamos aqui, a necessidade
561 posicionada ao IPPLAN de termos a completude de algumas percepções de algumas linhas de
562 experiências, enfim, uma contribuição que veio a completar o acervo de informações consultivas
563 oferecidas pelo IPPLAN, do IPPLAN nós temos também todo esforço, isso aí tudo está sendo
564 respondido porque isso foi demandado inclusive pelo próprio defende, não sei se outra instituição
565 também, pra esclarecimento sobre esses modais e contratos aqui, mas só antecipando em linhas gerais,
566 sem querer esgotar logicamente quais foram todos os esforços e especificações trazidas por casa
567 contrato desse, mas o IPPLAN também debruçado em realizar seminários, em trazer pesquisadores, em
568 ampliar o debate para que a equipe técnica pudesse se utilizar, né, de conhecimentos multitemáticos,
569 multidisciplinares, com experiências diversas trazidas e várias localidades e tudo organizado pelo
570 IPPLAN que também se debruça na construção de textos e nesse aspecto construtivo. E da URBAM da
571 mesma forma, nós temos um contrato com a URBAM da qual nós nos servimos de produtos
572 específicos que alimentam o plano diretor. Então os profissionais eles geram esses produtos para que
573 nós tenhamos no esforço de construção do plano diretor, essa possibilidade de produtos específicos que
574 definem e embasam o plano diretor. E em linhas muito gerais viu Arlindo, porque a resposta
575 objetivamente em termo das especificações de cada contrato desse, o Defendem São José vai receber
576 essa resposta e a gente pode também colocar à disposição aqui também como um acervo de informação
577 para a câmara técnica. Pela Câmara Técnica não, desculpa, pelo Conselho Gestor. Dando sequência
578 aqui, o Gabriel, depois a Maria Rita. Qual? Ah, fugiu, desculpa, o Oswaldo vai completar

579 Oswaldo: Bom, vamos lá, em 1995 nós tínhamos contratado a carta giotécnica, do município em frente
580 ao IPT, e naquela ocasião então foram identificados os terraços fluviais e as planícies alovionares do
581 Rio Paraíba, Jaguari, e em 95 então tomou-se a decisão no plano diretor que essas áreas, elas tinham
582 uma grande relevância pra paisagem natural e pro ecossistema da cidade, não só a concha do banhado,
583 mas toda a várzea do Jaguari, a várzea do Jerimbura, da Vargem Grande ao Engenho de Melo, bom,
584 essas áreas, elas foram delimitadas naquela região com menos precisão porque a gente não tinha os
585 recursos que nós temos hoje, então nós nos utilizamos de alguns recursos como estradas, algumas
586 curvas de nível e nós delimitamos então esses espaços que tinham essa condição morfológica, de



PREFEITURA
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

SECRETARIA DE URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

Rua José de Alencar, 123 - 6º andar - Vila Santa Luzia - São José dos Campos - SP - Brasil - CEP:12.209-904
Tel.: 55 (12) 3947-8128 - e-mail: seurbs@sjc.sp.gov.br

587 terraço fluvial, planície fluvional, então essas atas foram criadas em 95, o plano diretor de 2006, ele
588 nada mais que manteve a condição a área de proteção ambiental, bom, nós, como as áreas de proteção
589 ambiental da região do Jaguari, da região da fazenda Serimbura ali, e todo banhado foram
590 transformadas também em ata estadual juntamente com o distrito de São Francisco de Xavier, parte
591 norte do distrito, então parte dessas planícies ou terraços, hoje eles são estaduais, então existe aí uma
592 sobreposição do território nessas áreas do estado e o município com a mesma intenção de proteger. Na
593 proposta desse plano diretor, nós estamos mantendo essa mesma condição dessa mesma leitura que vem
594 de 95, protegendo essas áreas, São José é uma das poucas cidades ou talvez a única que protege
595 realmente suas várzeas perante Jacareí ou perante outros municípios, e a gente realmente tem uma
596 condição de paisagem muito melhor, muito mais, né, então a gente está mantendo essa mesma
597 condição, o que a gente está fazendo é refinando os perímetros porque hoje nós temos mais recursos
598 técnicos que nós tínhamos naquela ocasião, então a gente tem buscado junto a carta geotécnica, que
599 ainda como uma carta mãe para determinar esses perímetros, né, é isso aí.

600 **MARCELO MANARA:** Desculpa, Gabriel, depois Maria Rita. Pra fechar o bloco tem mais alguém?

601 **GABRIEL ALVES:** Gabriel do Núcleo Regional do Plano Diretor Participativo. Primeiro reitero o que
602 eu coloquei na reunião passada, né, sobre os balanços dos planos anteriores, né, eu não vi contemplado
603 nesse processo, né, também não vi, acho que é um documento básico, o inventário ambiental que
604 pudesse inclusive agora com as novas ferramentas poder aumentar as restrições, né, inclusive, né, as
605 áreas degradadas, inclusive por ocupação irregular, a questão da projeção de outras modalidades de
606 transporte, da intermodalidade também eu não senti contemplado e as demais, eu tenho como
607 entendimento que o plano diretor, né, e a lei de zoneamento, eles deveriam estar sendo discutidos no
608 mesmo processo, né, evitaria muitos questionamentos, né, e o processo é justamente esse, quando você
609 fala da lei de zoneamento 165/97, ela teve 300 alterações pontuais, né, a lei de 2010 também teve outras
610 várias, isso não, nenhum planejamento resiste a esse processo, né, e ainda mais quando isso é feito a
611 margem da discussão com a população, 300 alterações foram alterações via alternativa da câmara pra
612 mudar o zoneamento de um interesse de uma clínica, de uma quadra, né, então eu acho isso
613 preocupante, e não foi feito esse balanço dessas alterações, né, que desfiguraram, né, totalmente as
614 regiões, totalmente as áreas, podiam pegar aqui Esplanada e isso não foi feito na lei de 2006 quando
615 isso foi feito a lei de zoneamento em 2010 ela também não retratou sobre isso, então estamos tendo
616 outro erro, né, que em 2019, que é a proposta que foi apresentada pelo prefeito numa região com a
617 ACONVAP, que a lei de zoneamento vai ser discutida em 2019, também não vai contemplar, então vai
618 ficar a cada 2 anos alterando de acordo com tendências, e essas tendências justamente que eu falo, essa
619 definição de índices, essa definição dos eixos do crescimento urbano ou os eixos de retração, né, da
620 onde que foi, né, qual foi a experiência acumulada, qual foi o balanço, qual foi a leitura de todos esses
621 indicadores que vieram em decorrência desse processo, né, que foi incorreto dos planos diretos da lei de
622 zoneamento anteriores, e a vigente. Então eu queria ver, que eu acho que aí é um erro essencial, que
623 enquanto a gente não estabelecer os vários cenários que é o planejamento, o pior cenário, o melhor
624 cenário, e que a gente possa especificar as coisas, nós não vamos ter segurança jurídica, pode
625 contemplar um ou outro empreendedor, pode contemplar um outro proprietário, mas não vai
626 contemplar o verdadeiro desenvolvimento da cidade, eu acho que o planejamento é uma coisa muito
627 mais detalhada, muito mais costurada do que esse processo que está sendo encaminhado, né, então eu
628 gostaria de fazer essas observações, retratar que novamente o processo está no meu entender,
629 equivocado, errôneo e gostaria de deixar isso registrado, alguns registradores não estão sendo
630 mensurados e o que foi tratado pela leitura da prefeitura, inclusive Manara, eu gostaria que a Secretaria
631 disponibilizasse os produtos desses contratos, né, também como acervo para consulta dos conselheiros,
632 né, dos relatórios, de todos esses contratos, todos esses produtos para que a gente possa até permitir
633 talvez ou até convergir na leitura que os técnicos fizeram ou não, né, como base pra a gente poder fazer
634 as nossas observações. **MARCELO MANARA:** Maria Rita, depois André.

635 **MARIA RITA:** Maria Rita, CREA, São Paulo, eu vou voltar no ponto outorga, né, nos nossos estudos
636 aí nós estudamos muitos planos diretores, os que foram feitos em cidades maiores do tamanho de São



PREFEITURA
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

SECRETARIA DE URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

Rua José de Alencar, 123 - 6º andar - Vila Santa Luzia - São José dos Campos - SP - Brasil - CEP: 12.209-904
Tel.: 55 (12) 3947-8128 - e-mail: seurbs@sjc.sp.gov.br

637 José nos últimos anos, nos debruçamos em cima desses planos diretores e o nosso plano diretor está
638 ficando muito parecido com o de Campinas, é o que mais se aproxima do nosso. E no plano diretor de
639 Campinas que foi homologado em janeiro, eu participei inclusive de uma reunião com comunidade,
640 participei de algumas reuniões, ele tinha um erro igual ao nosso no início, que é colocar índices, e que
641 ao longo da discussão foi tirado os índices de outorga onerosa do plano diretor, o plano homologado
642 não tem justamente porque nas discussões todas se viu que era uma direção errada, porque uma direção
643 errada? Porque você falou Oswaldo da questão da sustentabilidade, o índice de sustentabilidade, outro
644 dia eu perguntei, não está escrito isso no documento mas eu perguntei pra você, e você me falou que
645 serão 10 índices, juntando esses 10 índices inteiros na fórmula ele chega a 0,1 portanto cada índice de
646 sustentabilidade desse vai falar 001 na fórmula, porque que o empreendedor vai colocar, e aí você tem,
647 todo mundo tem que olhar os dois lados, porque que o empreendedor vai colocar reuso de água que é
648 uma coisa cara, pra ganhar 001 numa fórmula? Não era melhor você incentivar a sustentabilidade do
649 que você colocar numa fórmula que não tem significância nenhuma, 001 de uma coisa tão cara, o
650 empreendedor quando ele vai fazer, ele também se preocupa quanto isso vai gerar de custos depois.
651 Hoje várias alternativas, elas não são colocadas porque o condomínio não consegue fazer manutenção
652 disso depois, e isso tem que se estudar, quanto custa manter cada um desses fatores, né, e a gente nesse
653 momento, nós não temos uma discussão tão detalhada, quando a gente olha o mapa que vocês
654 colocaram nesse documento apresentado, né, você está colocando aí zonas mistas, o que é zonas mistas,
655 não é a mesma zona mista de hoje, porque nós temos zona mista hoje, é praticamente vários pedaços da
656 cidade inteira, então o que você está colocando aí não pode ser referente ao zoneamento anterior porque
657 as definições de zoneamento serão outras, né, você colocou, eu também não gosto muito de citar nomes
658 mas você colocou MRV como empreendimento, a lei continua boa só pra esse tipo de empresa, que
659 vem de fora, constrói em São José, vai embora e larga aí, porque ela usa o índice 1,3, ela constrói na
660 periferia, ela vai continuar construindo lá porque ela não vai pagar, ela constrói empreendimentos em
661 áreas maiores que são baratas e já tem, e isso aí está bom pra ela, que as garagens são todas ao ar livre e
662 a população com uma renda menor que tem que comprar apartamentos no máximo até 210 mil reais,
663 que é o que é financiado pela caixa, simplesmente vai continuar morando na periferia, vai continuar
664 morando sem infraestrutura, então, e a Prefeitura vai ter que levar do mesmo jeito, né, então eu acho
665 que pra gente colocar índices, vocês tem que ter estudos que nós não temos hoje, que é mostrar porque
666 desse adensamento e quanto vai custar isso, custe caro ou custe barato, o empreendedor tem que ter
667 segurança de saber quanto vai custar, e hoje se você joga índices pra serem discutidos na lei de
668 zoneamento, se joga fatores que afetam muito nesse índice pra discutir na lei de zoneamento, os índices
669 também tem que ser discutidos na lei de zoneamento. Não sou contra outorga quando usada como
670 instrumento de planejamento urbano, mas da maneira que vocês estão colocando ele não será usado
671 como instrumento de planejamento urbano, vocês podem ter essa impressão hoje porque vocês
672 conhecem um lado da moeda, vocês não estão se preocupando com o outro lado da moeda. E aí eu
673 tenho que concordar com o Gabriel, desde o início eu falo, plano diretor tem que ser discutido junto
674 com lei de zoneamento. E ainda, o estatuto da cidade diz que o plano diretor tem que vir com índices se
675 ele for autoaplicável. O documento que vocês estão propondo ele não tem nada de autoaplicável,
676 portanto ele não tem que ter índice, porque pra gente o que vai ter índice e o que vai ser autoaplicável
677 será a lei de zoneamento e que nós vamos ter outras discussões muito maiores do que essa aqui pra
678 definir um monte de índices que vão ter que vir na lei de Zoneamento.

679 **MARCELO MANARA:** Andrea, aqui na frente. **ANDREA SUNDFELD:** Bom, eu queria colocar
680 essa questão que foi colocada da proposta em si. Nós olhamos o processo com o olhar de construção
681 coletiva. Então esse produto que a gente está trazendo aqui, essa proposta, ela é na verdade resultante do
682 que foi levantado nas etapas anteriores, então o trabalho que foi ao longo desses três meses que o
683 Oswaldo mencionou, ele foi pautado pelo o que a gente conseguiu de informação tanto da leitura
684 comunitária, tanto da leitura técnica. Então a gente começa entendendo que isso é uma síntese inicial
685 pra se começar a discutir o que será a proposta final. Então aqui vendo as falas de todos segmentos,
686 todas manifestações, o plano também é um documento que será construído a muitas mãos e a muitas



PREFEITURA
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

SECRETARIA DE URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

Rua José de Alencar, 123 - 6º andar - Vila Santa Luzia - São José dos Campos - SP - Brasil - CEP:12.209-904
Tel.: 55 (12) 3947-8128 - e-mail: seurbs@sjc.sp.gov.br

687 mentes, então eu acho que é super pertinente que sejam levantados agora mas que não seja entendido
688 como esse documento, o documento elaborado final. E sim que agora é o momento de todos olharem e
689 poderem somar nessa construção coletiva. Nós temos de cada segmento, ou de cada tema dentro dessa
690 proposta, os olhares específicos, e o que a gente quer é continuar nesse processo que vai ser dar em
691 pouco tempo nas comunidades, a gente vai levar nessa proposta e a gente vai lapidar esse documento,
692 então eu acho que é muito pertinente que as pessoas já estejam atentas e olhando aquilo que entende
693 que deveria sofrer alguma alteração ou contribuição, enfim, então eu acho que o processo vai continuar,
694 e é isso que a gente espera que nas próximas etapas a gente consiga refinar ainda mais esse anseio da
695 Sociedade. **MARCELO MANARA:** Bom, alguma considerações, né, a questão colocada pela Maria
696 Rita e pelo Gabriel, o plano diretor junto com o zoneamento já foi pauta de discussão aqui, já passou,
697 decidimos sobre isso em relação a forma de construção, o caminho dessa construção do plano diretor e
698 depois de zoneamento, esclarecendo que a fala do prefeito na reunião de que o zoneamento tem uma
699 previsão de conclusão no primeiro trimestre do ano que vem e nós já estamos empenhados
700 internamente em começar a exercitar os trabalhos para, mesmo porque está, é uma temática aquecida,
701 né, essa discussão toda do plano diretor, então nós já estamos empenhados para que no segundo
702 semestre ainda desse ano, nós tenhamos discussões sobre zoneamento, né? Mas eles estão dissociados,
703 são dois calendários distintos que em determinado momento eles se sobrepõem mas com suas metas e
704 com seus timings aí específicos de cada um. Dentro da...**GABRIEL ALVES:** Gabriel, Núcleo Regional
705 do Plano Diretor. Se você está dizendo que tem um cronograma, a lei de zoneamento no mesmo
706 processo do plano diretor participativo, tem que passar pelo conselho gestor. **MARCELO MANARA:**
707 Essa é uma outra discussão tá..**GABRIEL ALVES:** Não, não necessariamente, né? **MARCELO**
708 **MANARA:** É outra métrica de encaminhamento, tá? Porque, bom, nós temos que, essa é uma outra
709 discussão aqui, quando eu disse, no segundo semestre nós estaremos em discussão com a Sociedade e a
710 forma dessa discussão, os caminhos dela, todos serão discutidos a tempo aí pra ver o melhor assento,
711 né? Há alguns pontos que, bom, que a Maria Rita falou, que em parte dos questionamentos da Fabiana
712 pela ACONVAP, vocês protocolaram esses estudos, essas, mas só algumas questões, porque senão a
713 gente fica em ping pong aqui, antes de ler o trabalho protocolado por vocês. Mais especificamente na
714 questão da fórmula, no fator de sustentabilidade, o propósito não é tão somente se pagar pela atividade
715 de um fator de redução de 0.1 ou alguma coisa assim, mesmo porque em termos de alavancagem de
716 mercado são ações que hoje já são demandadas, né, como o diferencial aí de atratividade, então ela é
717 uma atratividade complementar àquilo que o próprio mercado está procurando utilizar, está procurando
718 oferecer como valor agregado do seu produto como atratividade de venda, então não é tão somente uma
719 coisa dos vários itens quaisquer você falou que tem os da água e tudo mais, de se pagar pelo fator de
720 atratividade e do fator de sustentabilidade, né? Bom, também o Gabriel levantou a questão do modal de
721 transporte, dos modais, né, aí eu não sei Oswaldo, você não quer depois complementar, e do inventário
722 ambiental, você citou de áreas degradadas, nós temos a base de todo o trabalho de construção, como o
723 acervo de informações ambientais que compuseram o diagnóstico, já está disponibilizado na primeira
724 fase como diagnóstico, então esse inventário ambiental não se interfere em termos de diagnóstico, ou
725 alguma especificidade como você falou de áreas degradadas e tudo mais, mas o acervo de
726 informações está disponível na fase de construção de todo pacote de diagnóstico daquilo que tem nos
727 inventários na temática ambiental. **OSWALDO VIEIRA:** Bom, estava conversando com o Paulo
728 Guimarães ali, o Secretário de Mobilidade, o que que acontece, o Plano de Mobilidade da cidade, ele é
729 recente, de 2016, então o entendimento que esse plano, na verdade ele está sendo incorporado a todas as
730 premissas que ele contém dentro do plano diretor, o que está sendo proposto em relação ao plano de
731 mobilidade, é uma revisão da macro estrutura viária com alguns ajustes que tiveram que se separar a
732 função transporte coletivo da função planejamento da malha da cidade, mas em tese o plano diretor
733 aqui, ele está abrangendo toda propositura do plano de mobilidade que é um documento recente que foi
734 discutido pela cidade, então por isso que a mobilidade ela não entrou com tanto detalhamento no plano
735 diretor porque ele remete ao plano de mobilidade. Não sei se o Paulo quer fazer algum tipo de
736 comentário, mas basicamente seria isso. Eu queria só perguntar, aqui é uma questão assim, pra a gente



PREFEITURA
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

SECRETARIA DE URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

Rua José de Alencar, 123 - 6º andar - Vila Santa Luzia - São José dos Campos - SP - Brasil - CEP:12.209-904
Tel.: 55 (12) 3947-8128 - e-mail: seurbs@sjc.sp.gov.br

737 ver a melhor forma da gente conversar o assunto, porque assim, até pus propositalmente aqui, existe um
738 sumário que traduz o conteúdo, onde a gente tem os princípios do plano, os objetivos e as diretrizes
739 estratégicas referente ao ordenamento e uma série de temas que remetem a uma proposta de
740 ordenamento, terminando essa série de temas de ordenamento, a gente tem a parte das diretrizes
741 setoriais que a Ângela até colocou no início a questão da educação. Então eu não sei de que forma que
742 talvez fique mais fácil da gente debater essa proposta, se a gente vai por blocos, né, ou que cada um está
743 tendo uma leitura e está protocolando um documento, mas qual seria a forma mais fácil da gente definir
744 pra não ficar, vai num assunto, vai no outro, qual seria a melhor forma da gente buscar essa, pra
745 otimizar essa discussão, até pra próxima reunião eu digo.

746 **ANDREA SUNDFELD:** Eu acho o seguinte, não dá para ser dessa maneira, eu acho que um setor se
747 interessa por uma coisa, um outro se interessa por outra, e você não se inscreve por uma coisa, então eu
748 acho que essa dinâmica de cada um falar independente do tema, eu acho que ela tem que continuar, eu
749 acho, aí é uma posição minha, mas eu não sei se é de todos, eu queria colocar assim, não
750 necessariamente tudo que a gente colocar aqui vocês tem que responder hoje, porque por exemplo, nós
751 colocamos um assunto aqui que nós protocolamos um documento, que aí está um monte de outros
752 dados que a gente estudou, viu, e que a resposta tem que ser dada em outro momento, não adianta eu
753 ficar falando e o Oswaldo responder o que eu falei, ou você, eu acho que vocês tem que pegar tudo que
754 a gente falou hoje, mais documento de todo mundo que tenha proposta a protocolar pra que em cima
755 disso na próxima reunião vocês respondam, porque senão fica parecendo que é a gente contra vocês, e
756 não é. Todos nós aqui estamos aqui pra construir um plano diretor que seja bom pra todo mundo.

757 **MARCELO MANARA:** É, concordo Andrea, bem colocado, tem que despertar os assuntos, né, nós
758 não vamos esgotá-lo aqui em termos de perguntas e respostas, mas o indagar e colocar o segmento,
759 determinado segmento ou representante despertou pra isso na leitura do material oferecido, serve pra
760 outros também prestar atenção, falar que não tinha olhado por esse lado e tal, provocá-los mutualmente
761 aí pra que todos também, nós tenhamos no conselho gestor sempre um nivelamento ascendente, porque
762 cada um contribui com seu questionamento e assim que nós possamos avançar. Mas vamos pensar, nós
763 vamos discutir internamente também o que todos pensam nessa forma de otimizar e tornar mais
764 efetivos os debates porque não só através de protocolo de documentos, a gente possa dispor de uma
765 outra estratégia também efetiva aí de fazer, assegurar que todas essas vozes, pensares e entendimentos
766 fiquem registrados pra melhoria da proposta base do plano diretor. **LINCON DELGADO:** Manara,
767 Lincon Delgado, por mais que a gente venha e amplie aqui o debate em duas horas, até mais, a gente
768 não esgota os temas aqui, e fica um ping pong que realmente contraproducente, né, eu acredito que a
769 gente poderia fazer com cada um aqui dentro, que pudesse fazer essa proposta, protocolar, essa proposta
770 protocolada ela circularia entre todos para que todos conheçam a proposta de cada entidade aqui
771 representada, e aí vocês sistematizariam quais os temas foram abordados e numa devolutiva de reunião
772 aí presencial, a gente saberia o que foi abordado por qual entidade e já com uma certa devolutiva, né, eu
773 acho que seria uma alteração muito mais eficiente do que nós virmos aqui e colocarmos uma série de
774 questões, e fica um debate, como eu disse, um ping pong sem que a gente estabeleça né, o que
775 realmente a prefeitura acatou ou não ou entendeu ou não a respeito daquele assunto. Estou fazendo uma
776 proposta só porque eu acho que seria mais efetivo a gente protocolar, vocês fazem esse filtro, né, a
777 entidade x vai falar sobre a ata, a outra vai falar sobre a ata também, a gente abre a discussão ata aqui,
778 sobre o tema, e aí fala, a proposta x e y aqui e a gente debate ela, mas já com uma prévia consulta de
779 todos, né, acho que isso aí facilita bastante a discussão, é uma opinião minha mas essa dinâmica
780 ajudaria um pouco na construção do plano. **MARCELO MANARA:** Arlindo.

781 **ARLINDO RÉGIS:** Bom...**MARCELO MANARA:** Eu estou considerando aqui que é vinte para às
782 nove, como a gente começou atrasado por causa do problema aqui do, então eu estou projetando aqui
783 pras 21 horas mas também, né, projetando pra 21 em razão desse data show.

784 **ARLINDO RÉGIS:** Ok, Arlindo do Movimento Defendem, eu gostaria apenas de esclarecer, bom,
785 primeiro nós estamos vendo que entramos no assunto da discussão das propostas, e para isso não tem
786 mais condições da gente começar as reuniões do Conselho às sete horas e terminar as oito e meia, mas o



PREFEITURA
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

SECRETARIA DE URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

Rua José de Alencar, 123 - 6º andar - Vila Santa Luzia - São José dos Campos - SP - Brasil - CEP: 12.209-904
Tel.: 55 (12) 3947-8128 - e-mail: seurbs@sjc.sp.gov.br

787 porque, só fala da Prefeitura na exposição da pauta na defesa dos questionamentos, já pega metade
788 desse tempo, a outra metade do tempo fica pra 30 pessoas quererem falar, apesar que tem muita gente
789 que vem e não fala nada, mas tudo bem, como está muito claro aqui, né, que existe uma série de
790 questionamentos, de questões técnicas específicas, isso vem corroborar com o que nós estamos desde o
791 começo falando, não há tempo para se discutir isso dentro do cronograma que está sendo proposto. E aí
792 eu aproveito minha fala pra deixar registrado em ata, gostaria inclusive que a ata ela representasse
793 fielmente as palavras de cada um de nós, principalmente do movimento Defendem São José, de que o
794 movimento, ele não vai dar aval a esse formato que está sendo colocado de discutir as coisas
795 rapidamente num mínimo prazo e isso daí não atende as necessidades, como nós já havíamos dito na
796 outra fala, nós levamos um ano para colher as informações da leitura comunitária e nós não temos
797 condição de fazer isso em 15 dias, 1 mês, ou discutir isso a nível de reunião pública ou de audiência
798 pública, ok? E com relação à discussão da forma de enviar as propostas, cada um e depois ouvir a
799 devolutiva da prefeitura, eu acho que enviar propostas e compartilhar, a resolução dos conselhos das
800 cidades determina que seja feito assim, tem que haver um inventário de tudo que é protocolado de
801 propostas, de reclamações no site da Prefeitura, eu não sei se isso está sendo alimentado ou está
802 atualizado, inclusive com os produtos como o colega aqui Gabriel falou, os produtos dos trabalhos que
803 foram pagos com o nosso dinheiro para URBAM, para IPPLAN e essa por sua vez contratou lá o
804 escritório do arquiteto lá de São Paulo, então todo esse material ele é público, ele não pode ficar
805 engavetado, ele tem que ser disponibilizado como bem o Gabriel disse, né, a questão de ouvir a
806 devolutiva da prefeitura com relação às propostas, né, isso não gera o debate, o estatuto da cidade e as
807 resoluções do conselho do ministério da cidade são claras, que, a participação da população, dos
808 segmentos das entidades representativas da população tem que atuar em todo o processo de construção
809 do plano diretor, desde o levantamento de dados, na propositura da proposta, no acompanhamento da
810 ação pública e através de debates, existe uma determinação de haver também um seminário geral que é
811 uma audiência que eles falam que é o congresso da cidade, pra discutir a proposta final, isso não está
812 contemplado no cronograma, então eu gostaria, só enfatizando, deixar registrado que o movimento
813 defendem não compactua com esse formato que está sendo encaminhado e gostaria de que ele pudesse
814 ser corrigido para o bem de todos, né, porque nós aqui não viemos só pra trazer a nossa crítica, a gente
815 vem aqui pra trazer a crítica construtiva e gostaríamos que isso fosse levado em conta e que
816 pudéssemos melhorar o que talvez a gente apontasse como algum defeito mas a intenção é que isso
817 esteja melhorado, obrigado. **MARCELO MANARA:** Roberto desculpa, eu não sei se você pediu
818 primeiro ou a Ângela, tá, então vai Guilherme agora e depois a Ângela Silva.

819 **WEBER SOUZA:** Boa noite, meu nome é Weber da ARES da Associação para Revitalização do
820 Jardim Esplanada, eu queria fazer algumas colocações e uma pergunta bem simples, né, a minha
821 primeira colocação, as vezes fica escutando um monte de gente falar, um monte de gente conversar e eu
822 acho importante pra a gente também ir informando a nossa própria opinião, né, com relação a questão
823 da outorga eu sou totalmente a favor de que não se coloque e não se pense em índices agora, né, me
824 parece as vezes, e eu gostaria de sair em defesa de vocês, que se vocês fazem a está ruim, se vocês
825 fazem b está ruim, se vocês fazem c está ruim, né, e no final das contas o governo de vocês, foi eleito, é
826 um governo legítimo e precisa partir de vocês sim, as propostas para que a gente possa estar colocando
827 elas em discussão e aí cada um vai defender o que acha correto, o que acha justo, apesar de eu pensar e
828 ter uma opinião formada a respeito de determinado assunto, isso não significa que eu também não possa
829 mudar de ideia e que eu possa concordar com aquilo que a outra pessoa que pensa diferente de mim
830 está colocando, né, então a gente também vem aqui pra escutar e participar nesse sentido. No início
831 dessa proposta de vocês, e a minha pergunta é muito simples, eu vejo que vocês colocam uma ideia de
832 um crescimento muito baixo pra São José dos Campos para os próximos 12 anos, né, nós estamos
833 falando de um crescimento aí de 50, 60 mil pessoas para os próximos 12 anos, então a minha pergunta
834 é, da onde que veio esse estudo, é porque a ideia de se fazer um plano diretor e de se fazer na sequência
835 uma lei de zoneamento, é que a gente possa realmente, por tudo que eu li aqui, fomentar o crescimento
836 da cidade, trazer investimentos e trazer investimentos também significa trazer pessoas, né, fazer com



PREFEITURA
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

SECRETARIA DE URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

Rua José de Alencar, 123 - 6º andar - Vila Santa Luzia - São José dos Campos - SP - Brasil - CEP:12.209-904
Tel.: 55 (12) 3947-8128 - e-mail: seurbs@sjc.sp.gov.br

837 que a cidade cresça nesse sentido, então eu fiquei um pouco assustado quando eu vi um crescimento tão
838 tímido para os próximos 12 anos. Queria que vocês só colocassem da onde veio isso, obrigado.
839 **MARCELO MANARA:** A Ângela. **ÂNGELA SILVA:** Ângela Aparecida da Silva, Central de
840 Movimentos Populares, representante dos Movimentos Populares. Eu quero ler aqui uma moção, deixar
841 claro o posicionamento do movimento popular com relação a essa proposta do plano diretor da
842 Prefeitura. Moção de alerta sobre a proposta inicial da SEURBS para o plano diretor. Essa moção vem a
843 público manifestar um alertar de forma pela qual a atual secretaria municipal de Urbanismo e
844 Sustentabilidade SEURBS elaborou a proposta ao plano diretor em regime fechado, de forma unilateral,
845 com a participação de consultores privados, desrespeitando a legislação que atribui ao conselho gestor,
846 a definição e a aprovação da metodologia de trabalho para essa importante etapa que orientará as
847 reuniões públicas, bem como o que promoveu o entendimento do acompanhamento de seus
848 conselheiros na elaboração da mesma, com o fato agravante impõe-se a aprovação às pressas de novo
849 cronograma de atividades para a análise e discussão das propostas, com prazos exíguos entre o
850 conhecimento da matéria, debate técnico e discussões públicas. É imperativo que o processo de revisão
851 do plano diretor seja pautado pelo respeito aos princípios de um processo participativo, sob risco de se
852 confirmar o simulacro de participação, a constituição de uma sociedade livre, justa e democrática
853 pressupõe o reconhecimento da legitimidade de todos os interessados na construção do processo
854 decisório e no constante exercício do controle social para as decisões tomadas. Em face dos fatos
855 apresentados, discordamos da forma unilateral como foi construída a proposta inicial elaborada por essa
856 secretaria e apresentada na última reunião do dia 28 de março, bem como a proposição feita de um
857 cronograma de desenvolvimento com prazos apertados. Solicitamos a repactuação dos prazos do
858 cronograma apresentado para que se possa proceder nas análises e debates técnicos antes de serem
859 levados a público como ação reparatória ao aqui denunciado. Registramos nessa oportunidade que não
860 reconhecemos a proposta de plano diretor apresentado pela prefeitura nessa data, como fruto de um
861 trabalho conjunto entre a prefeitura e conselho gestor na qualidade de representante sociais, assina,
862 central de movimentos populares, movimento defende São José, atos, Associação de Amigos do
863 Esplanada e Adjacência e Núcleo do Plano Diretor Participativo. Quero protocolar essa moção, por isso,
864 por não concordar não vou fazer nenhuma proposta, nada, eu não concordo com isso. **MARCELO**
865 **MANARA:** Tá ok Ângela, pode protocolar com a Tamires já, isso. Oswaldo quer, Angélica, vai, tá.
866 **MARIA ANGÉLICA:** Eu vou tentar responder pra você sua questão, Angélica, Secretaria de
867 Urbanismo e Sustentabilidade, trabalho na divisão de pesquisas, também na divisão que trabalha com
868 os dados de incorporação. Esses são dados da fundação... **MARCELO MANARA:** Angélica, acho que
869 o microfone não está.. **MARIA ANGÉLICA:** São dados a Fundação SEADE, estão disponíveis no site
870 da fundação SEADE, até pouco tempo, a Fundação SEADE apresentava essas projeções de população
871 até o ano de 2030, que por coincidência eu estou até com os dados aqui, projetava um crescimento pra
872 São José ate 2030, chegaria até 760 mil habitantes, há uma certa divergência que a Fundação SEADE e
873 o IBGE, acho que em 2020, quando houver o próximo senso eles vão ajustar esses dados aí mas é um
874 dado baseado nas tendências atuais das tendências da população brasileira e São José não foge à regra
875 também, também tem sua taxa de crescimento, nessa projeção da Fundação SEADE, nós
876 cresceríamos até 2040, chegando a 786 mil habitantes, mais ou menos, e depois teríamos um
877 crescimento negativo a partir daí, o que aconteceria no país como um todo, tá, isso que tem sido
878 observado com os países que traçaram os mesmos processos demográficos que a gente passou, tá, então
879 está no site da Fundação SEADE, se quiser o caminho direitinho eu posso te passar depois. É, na
880 verdade ele considera essa hipótese normalmente, tá, e o que poderia acontecer de diferente seria um
881 fenômeno migratório por exemplo, inesperado, mas esse é um dado imponderável, nada hoje existe que
882 faça a gente pensar que se tivesse um peso excessivo no crescimento da população.
883 **MARIA RITA:** Só colocando, eu tenho um amigo que é do IBGE...**MARCELO MANARA:** Maria
884 Rita, só fala o nome por favor. **MARIA RITA:** Maria Rita do CREA, um amigo que é pesquisador do
885 IBGE que estava me dizendo isso, que na realidade eles vão ter que repensar tudo isso porque a maioria
886 das cidades, principalmente com um poder aquisitivo maior com uma renda per capita maior, como é de



PREFEITURA
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

SECRETARIA DE URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

Rua José de Alencar, 123 - 6º andar - Vila Santa Luzia - São José dos Campos - SP - Brasil - CEP:12.209-904
Tel.: 55 (12) 3947-8128 - e-mail: seurbs@sjc.sp.gov.br

887 São José, ela vai crescer mais em número de moradias que em número de pessoas, nós temos hoje
888 famílias, casais que se divorciam e aí são duas moradias e isso vai acontecendo sucessivamente, então
889 eles vão ter que registrar esse outro fenômeno, que muitas cidades vão crescer mais em número de
890 moradias que em número de pessoas, e aí não vai ser só crescimento vegetativo. **MARCELO**
891 **MANARA:** Sr. Nilson aqui, lembrando aí que estamos chegando perto das 21 horas, mais alguém além
892 do seu Nilson, não? Então o seu Nilson fala e a gente faz o encerramento. **NILSON MARTINS:**
893 Nilson, eu represento a Associação dos Amigos do bairro Esplanada e Adjacências, realmente uns dos
894 colegas que antecedeu aí comentou sobre a previsão aí de um crescimento tímido, né, para população
895 nos próximos 12 anos, e eu gostaria de comentar com vocês, esse é mais um assunto que eu acredito
896 que nós vamos ter que discutir lá na câmara técnica para depois trazer algum subsídio pra cá. Sou um
897 técnico do planejamento, né, desde o início da Dutra inaugurada eu tenho acompanhado a evolução,
898 tenho trabalhos na USP de pós graduação em tudo isso e a gente, na minha tese, né, nós verificamos
899 exatamente isso, o crescimento do tráfego, principalmente nesses corredores rodoviários, há uma
900 correlação direta com o crescimento da população com os municípios às margens da rodovia. E com
901 isso então gerou esse modelo que vocês estão vendo aí, tudo sendo implantado, né, começou em 73,
902 que tínhamos que definir isso ali na vista verde, pra São José dos Campos futuramente, esses viadutos
903 extensos, a Dutra com várias pistas e isso aí levando em conta uma mútua ação entre o que se oferece
904 de infraestrutura e aquilo que a cidade vem oferecer, os planos que tem previsto do antigo DNR e talvez
905 o próprio ministério do transporte, enfim, agora para gerenciamento da Dutra, ele prevê crescimento
906 realmente em períodos que chegou aí na década de 70 até a 10% do nosso PIB e vocês vejam aí, a
907 pouco mais de um ano e pouco, dois anos, nós estávamos aflitos com o que poderia acontecer. Esse
908 país tem uma capacidade de sobrevivência e coisa, e São José faz parte disso, de se reerguer da noite
909 pro dia, o senhores veem, em pouco menos de dois anos e pouco está a economia retomando, claro que
910 isso vai levar mais alguns anos, porque o estrago que foi feito atrás, vamos por a culpa em quem
911 merece, mas nosso técnico tem que dar resposta pra isso. Me perdoe se eu estou me estendendo mas eu
912 acho que eu tenho, pela experiência que tenho, passar isso pra todos aqueles que não tiveram
913 oportunidade de definir isso. Eu naquela época fui criticado porque previ um viaduto com pista verde, a
914 Dutra não tinha seis anos duplicada, trevo menores como tem vários deles, como em Taubaté e outras
915 cidade, se o cara é lá do Vale, São José, porque que essa cidade, Taubaté era capital do Vale gente,
916 temos que pensar seriamente nisso, essa timidez que nós estamos aí, possa até ser que ocorra, mas não
917 foi isso que aconteceu ao longo de todos esses anos que eu pude várias vezes aqui dentro, como eu
918 elogio vários técnicos, eles me apoiaram nisso, eu era uma única voz, criticado as vezes por muitos
919 superiores, aí o tempo vem depois, quantas vezes, desculpa, eu não estou jogando isso aqui pra coisa
920 fora, diretor geral Nilson, procura aí o Robson Marinho, meu prefeito, eu vou dar dois viadutos aí para
921 São José dos Campos, na Johnson e na Kanebo, você conduz isso aí pra nós, outras dificuldades, olha,
922 tem que fazer, vamos lá conversar com o ministro do transporte, Goldman foi um dos ministros que
923 definiu que daqui de São José dos Campos, do CTA até São José, nós tínhamos que ter as três pistas
924 prontas, além da Dutra, se isso tivesse concluído, qual o retorno disso em termo de atratividade pra São
925 José? É lá que está o problema. E outra, tudo isso nós temos um limite gente, é a região metropolitana,
926 os planos que vão definir isso aí, a capacidade de suporte como se tem no meio ambiente de tudo isso.
927 Nós temos um limite de abastecimento de água, está aí, todo mundo correndo atrás disso. Limite de
928 transporte, a maior prioridade que foi dada nesse estudo, pode pegar todas as regiões, está lá em
929 primeiro lugar, mobilidade. Sem acesso, se nós tivéssemos recebido a Dutra do jeito que são as
930 modernas autoestradas, nós não teríamos esses movimentos de São José que as cidades tiveram. Então
931 ela vai continuar sendo um suporte pra tudo isso, e São José está muito bem planejada, as transversais e
932 tudo isso, é em cima disso, da mobilidade, de acessibilidade e de circulação que nós devemos repensar
933 São José dos Campos na minha visão de técnico de transporte, muito obrigado, só isso.
934 **MARCELO MANARA:** Obrigado senhor Nilson. Bom, encerrando a reunião de hoje, quero
935 agradecer a todos, os documentos que foram protocolados serão analisados. Lembrando, refrizando
936 que o processo tem essa base, né, da construção coletiva, então pAra reunião da semana que vem

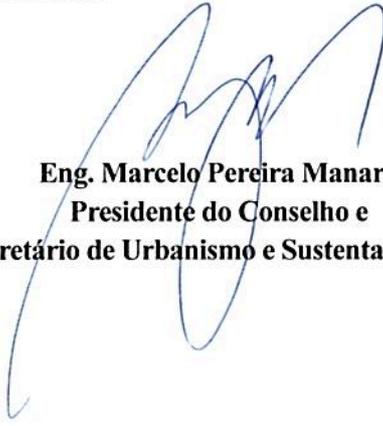


PREFEITURA
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

SECRETARIA DE URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

Rua José de Alencar, 123 - 6º andar - Vila Santa Luzia - São José dos Campos - SP - Brasil - CEP:12.209-904
Tel.: 55 (12) 3947-8128 - e-mail: seurbs@sjc.sp.gov.br

937 vamos pensar numa forma efetiva de potencializar todas essas contribuições e quero agradecer a todos,
938 desejar a todos uma boa noite, semana que vem nós estamos aqui, obrigado.
939 **Encerramento:** E nada mais havendo para constar a presente ata foi redigida e depois de lida e
940 aprovada, será assinada pelo presidente do Conselho, para ser encaminhada por e-mail a todos os
941 participantes e membros do Conselho Gestor.



Eng. Marcelo Pereira Manara
Presidente do Conselho e
Secretário de Urbanismo e Sustentabilidade

